

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS - CARVI
CURSO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL**

ELISÂNGELA DALLA VALLE DE SIQUEIRA

**O IMPACTO DA CRISE NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E EM UMA
EMPRESA OBJETO DO ESTUDO**

BENTO GONÇALVES

2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

ELISÂNGELA DALLA VALLE DE SIQUEIRA

**O IMPACTO DA CRISE NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E EM UMA
EMPRESA OBJETO DO ESTUDO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Curso de Comércio Internacional da
Universidade de Caxias do Sul, como requisito
parcial ou final para a obtenção do grau de Bacharel
em Comércio Internacional.

Orientador: Prof. Fernando Ben

BENTO GONÇALVES

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente minha família e namorado pelo apoio e paciência, por sempre terem me incentivado a estudar e não desistir, buscando sempre o aprendizado. Aos meus amigos por me ajudarem em momentos difíceis e pela amizade.

Aos professores em todo período da graduação, pelo apoio, dicas, troca de experiências, profissionalismo e conhecimento, principalmente ao meu orientador pelo auxílio nesse tema.

RESUMO

O presente trabalho analisa a economia brasileira, bem como as políticas públicas governamentais e crise econômica instaurada no país. Essa investigação tem como objetivo principal expor a aplicação dos mecanismos de políticas públicas aplicadas pelo governo e demonstrar os impactos da crise nas exportações brasileiras e de uma empresa objeto do estudo. Para tanto, foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, em nível exploratório, tendo como estratégias o estudo de caso, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Os participantes da pesquisa foram os gestores responsáveis por decisões estratégicas e aquelas ligadas à internacionalização, que pudessem contribuir com informações sobre a empresa e seus dados. Como resultado, evidenciou-se que a crise econômica impactou o país e as exportações no período de 2014 a 2016, com leve recuperação em 2017, já a empresa objeto de estudo manteve-se estável nesse período devido as estratégias internas aplicadas e começou a sentir seus impactos no início de 2019.

Palavras-chaves: Crise econômica. Exportação. Impactos da crise. Economia brasileira.

ABSTRACT

The present work analyzes the Brazilian economy, as well as the governmental public policies and economic crisis established in the country. This research has as main objective to expose the application of public policy mechanisms applied by the government and to demonstrate the impacts of the crisis on the Brazilian exports and of a company object of the study. For that, the methodology of qualitative research was used at the exploratory level, having as strategies the case study, bibliographic research and documentary research. The research participants were the managers responsible for strategic decisions and those linked to internationalization, who could contribute with information about the company and its data. As a result, it was evidenced that the economic crisis affected the country and exports in the period from 2014 to 2016, with a slow recovery in 2017; on the other hand, the company under study remained stable in that period due to internal strategies applied and began to feel impacts in early 2019.

Keywords: Economic crisis. Exportation. Impacts of the crisis. Brazilian economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – PIB e PIB <i>per capita</i>	24
Figura 2 – Representatividade do PIB por região e estado	25
Figura 3 – Índice de Confiança da Indústria	30
Figura 4 – Índice de Confiança dos Serviços	31
Figura 5 – Índice de Confiança do Comércio	32
Figura 6 – Índice de Confiança do Consumidor	34
Figura 7 – Balança Comercial Brasileira	44
Figura 8 – Variação (%) nos volumes exportados e importados por tipo de indústria: Jan-abril 2019/2018	46
Figura 9 – Admissões x Desligamentos na empresa – 2012 a 2018	52
Figura 10 – Variação percentual do faturamento da empresa no Brasil - 2012 a 2018	53
Figura 11 – Variação percentual das exportações da empresa – 2012 a 2018	54
Figura 12 – Representatividade por continentes destinos das exportações da empresa	55
Figura 13 – Variação (%) queda/crescimento nas exportações da empresa para os principais países de destino	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Taxa de desocupação – Brasil no período de 2012 a 2019	23
Quadro 2 - Crescimento dos setores da economia.....	26
Quadro 3 - Índice de inflação acumulada x meta	28
Quadro 4 - Síntese do embasamento teórico conceitual	47
Quadro 5 - Semelhanças e diferenças entre opiniões dos gestores entrevistados	58

LISTA DE ABREVIATURAS

ADVFN	<i>Advanced Financial Network</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
BACEN	Banco Central
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CALC	Cúpula da América Latina e Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
Cr\$	Cruzeiro
CR\$	Cruzeiro Real
Cz\$	Cruzado
EUA	Estados Unidos da América
EXPO	Exportações
FGV IBRE	Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-20	Grupo dos 20
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICI	Índice de Confiança da Indústria
ICOM	Índice de Confiança do Comércio
ICOMEX	Indicador Mensal De Comércio Exterior
ICS	Índice de Confiança de Serviços
IMPO	Importações
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
NCr\$	Cruzeiro Novo
NCz\$	Cruzado Novo
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
R\$	Real

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVO GERAL	15
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.4 JUSTIFICATIVA PARA O TEMA.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 ASPECTOS MACRO ECONOMICOS DO BRASIL	17
2.1.1 Indicadores Socioeconômicos.....	17
2.1.2 Economia	18
2.1.3 Políticas Públicas.....	18
2.1.4 Política Econômica	18
2.1.5 Política Fiscal.....	19
2.1.6 Política Monetária	19
2.1.7 Política Cambial e Comercial.....	20
2.1.8 Crise No Brasil	20
2.1.9 Impactos da Crise nas Exportações	20
2.2 INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO BRASIL	21
2.2.1 Produto Interno Bruto	23
2.2.2 Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i>	23
2.2.3 Representatividade do Produto Interno Bruto por Região e Estado.....	24
2.2.4 Representatividade Do Produto Interno Bruto Por Segmento Da Economia	25
2.2.5 Planos Econômicos, Moedas Brasileiras E Inflação	26
2.2.6 Índice de Confiança.....	28
2.2.7 Sondagem da Indústria	29
2.2.8 Sondagem Dos Serviços.....	30
2.2.9 Sondagem Do Comércio	32

2.2.10 Sondagem do Consumidor	33
2.3 ACORDOS E ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	34
2.3.1 Mercado Comum do Sul	34
2.3.2 Associação Latino-Americana de Integração	35
2.3.3 Brasil, Rússia, Índia, China E África Do Sul	36
2.3.4 Grupo dos 20	36
2.3.5 Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos	37
2.4 ECONOMIA	37
2.4.1 Série Histórica da Economia Brasileira	38
2.4.2 Economia Brasileira 1961 a 1972	38
2.4.3 Economia Brasileira 1973 a 1979	38
2.4.4 Economia Brasileira 1980 a 2009	39
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS	39
2.5.1 Política Econômica	39
2.5.2 Política Fiscal	40
2.5.3 Política Monetária	40
2.5.4 Política Cambial e Comercial	41
2.6 CRISES ECONOMICAS	41
2.6.1 A Grande Depressão	41
2.6.2 A Crise Japonesa	42
2.6.3 Crise Global De 2008	42
2.6.4 Crise No Brasil	43
2.7 IMPACTO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	44
2.8 SÍNTESE DO EMBASAMENTO TEÓRICO CONCEITUAL	47
3 METODOLOGIA	48
3.1 DELINEAMENTO	48
3.1.1 Natureza	48

3.1.2 Níveis.....	49
3.1.3 Estratégias	49
3.1.4 Participantes do Estudo	49
3.1.5 Procedimentos de Coleta de Dados.....	50
4 ESTUDO DE CASO.....	51
4.1 DADOS DA EMPRESA	51
4.1.1 Variação no quadro de colaboradores.....	51
4.1.2 Variação do crescimento em relação ao mercado brasileiro.....	52
4.1.3 Variação do crescimento em relação ao mercado externo	53
4.1.4 Representatividade dos destinos nas exportações	54
4.1.5 Entrevistas	56
4.1.6 Entrevista com o gestor 1	56
4.1.7 Entrevista com o gestor 2	57
5 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil vem buscando crescimento industrial, comercial e agrícola para o desenvolvimento do país, pois é visto como um dos mercados emergentes mais fortes do mundo (CIA, 2018). Apesar disso, sabe-se que todos os países têm ciclos em que sua economia está positiva e períodos em que está com dificuldades, mesmo em países melhor estruturados economicamente. O Brasil não é exceção nesse sentido, visto que nos anos de 2013 a 2016 sofreu com um rompimento expressivo na economia, desemprego crescente, inflação alta, escândalos políticos e corrupção, apenas emergindo da recessão lentamente em 2017 (CIA, 2018). Com o objetivo de melhor compreender a situação econômica atual de um país e verificar o cenário dos diversos setores da economia, é essencial levar em consideração o estudo dos indicadores socioeconômicos do país. Por exemplo, os valores referentes ao PIB e PIB *per capita* foram avaliados num período de 17 anos e pode-se verificar claramente os períodos em que o Brasil passou por forte recessão devido ao desmoronamento da economia e a representatividade de cada estado brasileiro no PIB (IBGE, 2018).

Historicamente sabe-se que a inflação já foi totalmente descontrolada no Brasil, onde os produtos poderiam dobrar de preço de um dia para o outro. O IPCA é o indicador da inflação que reflete o custo de vida das famílias, pois quando o IPCA oscila o valor dos produtos/serviços oscila no mesmo sentido. Na série de 18 anos em que o índice foi observado, a taxa ficou dentro da meta estipulada pelo governo apenas quatro vezes (Toro Radar, 2018). Além disso, os índices de confiança da indústria, serviços, comércio e consumidor também são um reflexo da situação da economia, pois se a economia não está estável, os setores estarão com mais cautela em uma posição mais conservadora ou uma posição mais otimista em relação à economia que apresenta rumo a emergir da ressecção Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE, 2018).

Ao deparar-se com dificuldades o Governo necessita aplicar políticas públicas. Estas caracterizam-se como decisões e medidas políticas tomadas ou não, com o intuito de solucionar problemas da sociedade através de medidas para equilíbrio diante de situações que surgem nos âmbitos econômico, social, político ou monetário que interferem nos interesses públicos e em toda população (BERGUE; OLIVEIRA, 2012, p.83-84).

A crise no Brasil teve início a partir de uma desaceleração na economia. Após sinais de que a demanda econômica seria duradoura e estável, a retração mostrou-se através de vários indicadores, como taxa de desemprego crescente, juros reais elevados, aumento do custo de

vida, crescimento das dívidas públicas, corrupção e retração nos investimentos, influenciado pela dívida externa (FGV IBRE, 2018). Essa crise econômica impactou em diversos setores da economia, inclusive nas exportações. Objetivando-se amenizar os efeitos da crise no Brasil, nos anos subsequentes da crise imobiliária dos Estados Unidos da América que ressoou através de impactos econômicos globais, o Governo adotou medidas para aquecer a economia estimulando o consumo e a produção com redução das taxas de juros. Nos anos de 2015 e 2016, a situação de fomento ao consumo ficou insustentável pelo sistema financeiro brasileiro, ocasionando a forte recessão no país nesse período, gerando inflação, alto índice de endividamento, alta taxa de desemprego, fechamento de empresas, aumento da tributação em diversos setores, paralisações e consequentemente a queda no comércio exterior brasileiro (FGV IBRE, 2018).

A partir dos pontos abordados, o presente trabalho analisa o funcionamento das políticas econômicas no Brasil, demonstra como as mesmas impactam na economia de acordo com a forma que são implementadas em conformidade com os objetivos do governo, estabelece fatores que ocasionaram a crise econômica no Brasil e define o impacto da crise econômica nas exportações brasileiras e de uma empresa da Serra Gaúcha.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Mediante aos obstáculos que surgem no Brasil seja no âmbito econômico, social, político ou monetário que interferem nos interesses públicos e de toda população indiferentemente de classe social, o Governo necessita aplicar Políticas Públicas. Essas definem-se como decisões tomadas ou não pelo Governo, com o objetivo de solucionar problemas da sociedade através de medidas para equilíbrio (BERGUE; OLIVEIRA, 2012, p.83-84). Com o objetivo de estudar o problema da escassez de recursos, ou seja, como economizar através da Política Econômica (VASCONCELLOS, 2006, p. 3), sabe-se que mesmo sem gasto de dinheiro (dispêndio financeiro), tudo tem um custo na economia. Conforme Milton Friedman “não existe almoço grátis” (VASCONCELLOS, 2006, p. 11). Assim, a política econômica trata da resolução de questões a curto prazo, como inflação e desemprego, e a longo prazo, como por exemplo, problemas estruturais para desenvolvimento do nível de qualidade de vida, com base nos estudos da macroeconomia que analisa o desempenho do PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços dentre outros (VASCONCELLOS, 2006, p. 17-18).

Os mecanismos que o governo tem para a arrecadação de impostos no âmbito da política tributária e o controle das despesas na política de gastos, fazem parte da política fiscal que diz

respeito a implementação das medidas. As mesmas dependem de votação do Congresso para aprovação, fato que dá margem para atraso e descompasso entre a determinação e a implementação. Ainda, as medidas só podem ser aplicadas no ano seguinte de sua aprovação (VASCONCELLOS 2006). O governo utiliza esses mecanismos de acordo com seus interesses em conduzir a situação fiscal do país, utilizando a tributação, oscilando as alíquotas de impostos para mais ou para menos, com o intuito de estimular ou “frear” os gastos do setor privado, em consumo e em investimento (VASCONCELLOS, 2006, p. 193).

A interferência do governo sobre a quantidade de moeda disponível no mercado, disponibilidade de crédito e taxas de juros aplicadas, são mecanismos da política monetária. As medidas aplicadas podem ser reservas compulsórias, onde o governo obriga os bancos e outras instituições financeiras a depositarem quantias previamente definidas junto ao Banco Central (BACEN), à compra e venda de títulos, à disponibilidade ou corte de crédito e taxa de juros, a redescontos e à empréstimos (VASCONCELLOS, 2006).

A política cambial e comercial diz respeito aos mecanismos aplicados ao setor externo da economia, impactando em exportações ou importações de acordo com o interesse do governo em direcionar a economia, pois tem controle sobre a taxa de câmbio. Esta pode ser a fixa, quando é fixada pelo governo, ou flutuante, quando o mercado dita a taxa por medidas de fomento/incentivo ou desestímulo/redução das exportações ou importações, seja através de barreiras, determinações fiscais, crédito ou taxas de juros, que irão variar de acordo com os interesses governamentais em conduzir a economia (VASCONCELLOS, 2006, p. 195).

Segundo a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), em 2018, a crise surgiu de uma desaceleração, após indicações de que a demanda da economia seria duradoura e estável. A retração mostrou-se através da taxa de desemprego em crescimento, juros reais elevados, dívida externa alta, corrupção e agravamento nas contas públicas. Outro fato gerador para a crise foi a retração nos investimentos, também influenciado pela dívida externa. Na tentativa de equilibrar a situação, o governo tem a possibilidade de elevar os impostos para aumentar a arrecadação ou cortar gastos públicos o que gera incertezas em todos os setores da economia (FGV IBRE, 2018). Ainda de acordo com a FGV IBRE (2018), o governo agiu através de intervenções, onde foram adotadas medidas para o aquecimento da economia, como investimentos do setor público, o qual se tinha idealizado que a capacidade do Estado era inesgotável. Porém, a capacidade de financiar terminou quando a dívida gerada era maior do que o retorno gerado pelos subsídios. Pode-se citar como exemplo os incentivos oferecidos para a produção de caminhões e carros onde as empresas investiram em seus parques fabris, mão de obra e máquinas, mas não havia mais demanda por parte dos consumidores

devido à desaceleração. Mesmo com várias intervenções do governo, com o intuito de fomentar e alavancar a economia, a crise assolou a economia brasileira, onde foi constatada retração, desemprego, taxa de inflação acima da meta, moeda desvalorizada, problemas estruturais do Estado e dívida externa elevada. Contudo, conforme apontam os dados, pode-se esperar uma tímida recuperação para o ano de 2018 (FGV IBRE, 2018).

Os anos de 2007 e 2009 foram de forte retração no comércio exterior brasileiro, devido à expressiva crise internacional que ocorreu pelo colapso no sistema financeiro nos Estados Unidos da América em outubro 2008. Esta foi decorrente das hipotecas renegociadas “eternamente”, ocasionando o fechamento de grandes bancos e instituições financeiras mundiais, acarretando em um colapso mundial em um período conhecido como “grande recessão” (MARICHAL, 2016). Com o intuito de amenizar os efeitos da crise no Brasil, nos anos subsequentes a crise imobiliária dos EUA de 2010 a 2014, o Governo adotou medidas para aquecer a economia estimulando o consumo e a produção com redução das taxas de juros (FGV IBRE, 2018). Nos anos de 2015 e 2016, a situação de fomento ao consumo ficou insustentável pelo sistema financeiro brasileiro ocasionando a forte resseção no país nesse período, levando a inflação, desemprego, fechamento de empresas e consequentemente a queda no comércio exterior brasileiro (FGV IBRE, 2018). Segundo a FGV IBRE (2018) a balança comercial brasileira apresentou superávit nos anos de 2015 e 2016 apesar da recessão, mas esse fato não ocorreu pelo aumento nas exportações e sim pela queda nas importações devido ao aumento da moeda estrangeira em relação ao real, pois ambos indicadores apresentaram retração.

1.2 OBJETIVO GERAL

Apresentar os mecanismos utilizados pelo Governo para manejar a economia de acordo com o interesse de direcionar o país, bem como fatores que ocasionaram a crise econômica no Brasil e o impacto da mesma nas exportações do país e de uma empresa objeto do estudo.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Contextualizar, através da revisão bibliográfica, as Políticas Públicas e sua aplicação;
- b) Demonstrar fatores que ocasionaram a crise econômica no Brasil, bem como descrever de forma cronológica a série histórica de crises mundiais;

- c) Demonstrar o impacto da crise econômica nas exportações brasileiras e de uma empresa objeto do estudo.

1.4 JUSTIFICATIVA PARA O TEMA

Uma crise econômica em um país acarreta em impactos severos no bem-estar da população e no desenvolvimento do país de acordo com o agravamento e profundidade da crise. No momento que uma crise aflige um país, seu governo deve adotar medidas para responder aos efeitos negativos que a mesma gera econômica e socialmente. Dentre todos os setores afetados na crise, será enfocando o impacto da crise econômica nas exportações brasileiras e, mais especificamente, em uma empresa objeto do estudo de caso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão aplicadas as bibliografias utilizadas na estrutura do tema no trabalho. Serão apresentados os conceitos de cada indicador socioeconômico, conceito de economia, definição dos tipos de políticas públicas e fatores que desencadearam a crise.

2.1 ASPECTOS MACRO ECONOMICOS DO BRASIL

2.1.1 Indicadores Socioeconômicos

A Fundação Getúlio Vargas através do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE, 2018), é responsável pela realização das pesquisas de tendência e predisposição dos índices de confiança nos setores da indústria, comércio, serviços e consumidor. Estas são verificações estatísticas a partir das quais produzem informações utilizadas no monitoramento e acompanhamento da situação atual e na previsão de eventos futuros da economia, pois geram indicações das tendências econômicas e são utilizados como ferramenta para acompanhar o movimento do segmento, análise da situação, planejamento e tomada de decisão.

De acordo com FGV IBRE (2018), a Sondagem da Indústria é um levantamento estatístico qualitativo que fornece indicações sobre a situação geral do setor no país e suas tendências, tratam do presente e do futuro próximo, com o objetivo de poder apoiar e orientar na tomada de decisões empresariais e de política econômica.

A Sondagem do Setor de Serviços realizada pelo FGV IBRE (2018), produz um conjunto de indicadores, que informa as tendências de curto prazo e o estado geral das empresas do setor. A metodologia da pesquisa enfatiza a evolução dos quesitos que tratam do presente e do futuro próximo, com base em opções de resposta majoritariamente de natureza qualitativa. Esses dados são relevantes na orientação da tomada de decisões empresariais e de política econômica. Por sua vez, a Sondagem do Comércio é o primeiro indicador conjuntural do setor a abranger tanto os principais segmentos varejistas quanto atacadistas. A sondagem tem como objetivo ser referência como indicador do nível de atividade e das expectativas empresariais do setor segundo o FGV IBRE (2018).

Conforme o FGV IBRE (2018), o consumo de uma economia é determinado tanto pela capacidade quanto pela pré-disposição dos consumidores para o gasto. A capacidade de consumo é determinada por nível de renda e disponibilidade de dinheiro. Por outro lado, a

disposição de consumo é determinada pelas perspectivas futuras da economia, em relação ao mercado de trabalho e a situação financeira individual, ou seja, a confiança do consumidor atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico. O monitoramento do índice de confiança do consumidor tem o objetivo de indicar de suas decisões de gastos e/ou poupança.

2.1.2 Economia

De acordo com Rossetti (2011) economia “é a ciência que estuda os recursos escassos e as alternativas de produção, para atender as necessidades ilimitadas dos indivíduos” e ainda “... compete o estudo da ação econômica do homem, envolvendo essencialmente o processo de produção, a geração e a apropriação da renda, o dispêndio e a acumulação”.

Conforme Mochón (2006) a economia é a ciência que estuda as questões relacionadas à satisfação das necessidades da sociedade, de tal forma que para a satisfação dessas necessidades materiais e não materiais devem realizar atividades produtivas. Através dessas atividades geram-se os bens e os serviços que são capazes de atender as necessidades da sociedade. Assim, Mochón (2006) define que “a economia se ocupa da maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir diversos bens e distribuí-los para consumo entre os membros da sociedade”.

2.1.3 Políticas Públicas

De acordo com Bergue (2012), políticas públicas são as decisões políticas tomadas ou não pelo Governo, diante das dificuldades que surgem seja no âmbito econômico, social, político ou monetário que interferem nos interesses públicos e em toda população indiferentemente de classe social. Dessa forma, as intervenções do Governo têm como objetivo solucionar problemas da sociedade através de medidas para equilíbrio.

2.1.4 Política Econômica

De acordo com Vasconcellos (2006), a ciência econômica tem como objeto de estudo o problema da escassez de recursos, ou seja, como economizar. Mesmo sem gasto de dinheiro (dispêndio financeiro), tudo tem um custo na economia, como apontou Milton Friedman na sua frase “não existe almoço grátis”. A Política Econômica trata da resolução de questões a curto

prazo, como inflação e desemprego, e a longo prazo, como problemas estruturais para desenvolvimento do nível qualidade de vida com base nos estudos da macroeconomia que analisam o desempenho do PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços, dentre outros (VASCONCELLOS, 2006, p. 17-18).

2.1.5 Política Fiscal

Segundo Vasconcellos (2006), a política fiscal trata dos mecanismos que o governo tem para a arrecadação de impostos no âmbito da política tributária e para o controle das despesas na política de gastos. O governo utiliza esses mecanismos de acordo com seus interesses em conduzir a situação fiscal do país, empregando a tributação, oscilando as alíquotas de impostos para mais ou para menos, com o intuito de estimular ou “frear” os gastos do setor privado, consumo e em investimento. Ainda de acordo com Vasconcellos (2006) se o objetivo for a redução da inflação, as ações adotadas através da política fiscal são a redução/corte de gastos públicos e/ou o aumento dos impostos que retrai o consumo e o investimento, ou seja, tem como finalidade reduzir os gastos da sociedade. Porém, se o objetivo for a geração de empregos e crescimento do país, as ações são com o intuito de fomentar o consumo e gastos públicos reduzindo os tributos.

2.1.6 Política Monetária

De acordo com Vasconcellos (2006) a política monetária trata da interferência do governo sobre a quantidade de moeda disponível no mercado, disponibilidade de crédito e taxas de juros aplicadas. Os mecanismos utilizados são: reservas compulsórias onde o governo obriga os bancos e outras instituições financeiras a depositarem junto ao Banco Central (BACEN), compra e venda de títulos, disponibilidade ou corte de crédito e taxa de juros, redescontos e empréstimos. Quando o objetivo for o controle da inflação, deve-se reduzir a liquidez do mercado, ou seja, diminuir a circulação de dinheiro utilizando mecanismos como o a venda de títulos públicos, para que as pessoas comprem os títulos “tirando” o dinheiro de circulação no mercado e o aumento da taxa de reservas compulsórias. Porém, se o objetivo for o crescimento, as medidas adotadas são o inverso com o intuito de fomentar a economia (VASCONCELLOS, 2006, p. 194).

2.1.7 Política Cambial e Comercial

Conforme Vasconcellos (2006) a política cambial e comercial diz respeito aos mecanismos aplicados ao setor externo da economia. Esta política impacta em exportações ou importações de acordo com o interesse do governo em direcionar a economia, pois o governo tem controle sobre a taxa de câmbio, seja ela fixa, que é quando a taxa é fixada pelo governo ou flutuante quando o mercado dita a taxa através de lei oferta e demanda. No que diz respeito a política cambial e comercial, a mesma refere-se a medidas de fomento ou desestímulo das exportações ou importações, seja através de barreiras, determinações fiscais, crédito ou taxas de juros, os quais irão variar de acordo com os interesses governamentais em conduzir a economia (VASCONCELLOS, 2006, p. 195).

2.1.8 Crise No Brasil

Segundo o a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018), a crise surgiu de uma desaceleração do crescimento. Após indicações de que a demanda da economia seria duradoura e estável, a retração mostrou-se através da taxa de desemprego em crescimento, juros reais elevados, dívida externa alta, agravamento e corrupção nas contas públicas, a retração nos investimentos, também influenciado pela dívida externa.

Ainda de acordo com a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018), o Governo agiu através de intervenções, adotando medidas para o aquecimento da economia, como investimentos do setor público. Tinha-se idealizado que a capacidade do Estado era inesgotável, mas a capacidade de financiar terminou quando a dívida gerada era maior do que o retorno gerado pelos subsídios. Mesmo com várias intervenções do governo, com o intuito de fomentar e alavancar a economia, a crise assolou a economia brasileira, em que foi constatada retração no crescimento, desaceleração da atividade econômica, desemprego, taxa de inflação acima da meta, moeda desvalorizada, problemas estruturais do Estado e dívida externa elevada (FGV IBRE, 2018).

2.1.9 Impactos da Crise nas Exportações

De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018) no ano de 2014 já era possível notar sinais de mudanças na economia, pois a balança comercial

apresentou déficit de 5 bilhões de dólares e queda de 7% nas exportações em comparação com 2013. Já no ano de 2015 as exportações apresentaram queda de 34 bilhões de dólares em relação ao ano anterior o equivalente a 15% e no ano de 2016 seguindo em queda, com retração de mais de 5 bilhões de dólares representando 3%.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018), com o objetivo de amenizar os efeitos da crise no Brasil, nos anos subsequentes da crise imobiliária dos EUA de 2010 a 2014, o Governo adotou medidas para aquecer a economia estimulando o consumo e a produção através da redução das taxas de juros. Nos anos de 2015 e 2016 a situação de fomento ao consumo ficou insustentável pelo sistema financeiro brasileiro ocasionando a forte resseção no país nesse período. Isso acarretou em inflação, desemprego, fechamento de empresas e consequentemente a queda no comércio exterior brasileiro (FGV IBRE, 2018).

De acordo com o Indicador Mensal De Comércio Exterior (ICOMEX, 2019) as exportações brasileiras no primeiro quadrimestre de 2019 seguem o padrão histórico, onde o crescimento das exportações resulta das *commodities*, representadas pelo setor agropecuário e da indústria extrativa. A exportação da indústria extrativa apresentou crescimento de 19,5%, seguida da agropecuária com aumento de 16% e da indústria de transformação que vem apresentando déficits, sendo que as exportações recuam em 4% e as importações em 0,4%.

Conforme o ICOMEX (2019), o saldo da balança comercial de abril de 2019 foi de US\$ 5,9 bilhões, fato que resultou a um saldo superavitário acumulado no primeiro quadrimestre do ano 2019 de US\$ 16,4 bilhões, porém inferior se comparado em igual período de 2018 que foi de US\$ 18,2 bilhões. A queda no saldo comparativo é devida a complicações na balança comercial com a Argentina que mudou de superavitária para deficitária, apresentando queda de US\$ 3,1 bilhões, seguida da perda com a União Europeia com queda de US\$ 1,4 bilhões e da China com perda de US\$ 900 milhões considerando o superávit do primeiro quadrimestre de 2019 e o de 2018 (ICOMEX, 2019).

2.2 INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO BRASIL

Segundo dados da *Central Intelligence Agency* (CIA, 2018) o Brasil conquistou sua independência em 1822, mantendo um sistema monárquico de governo até a abolição da escravidão em 1888 e proclamação da república pelos militares em 1889. Os exportadores brasileiros de café dominaram politicamente o país até o líder populista Getúlio Vargas chegar ao poder em 1930. O Brasil sendo o maior e mais populoso país da América do Sul, passou por

mais de meio século de governo populista e militar até 1985, quando o regime militar cedeu o poder a governantes civis.

O Brasil continua buscando o crescimento industrial e agrícola e o desenvolvimento de seu interior. Tendo resistido com sucesso a um período de dificuldades financeiras globais no final do século 20, o Brasil era visto como um dos mercados emergentes mais fortes do mundo e um contribuinte para o crescimento global. No entanto, de 2013 a 2016, o Brasil sofreu com uma economia em declínio, desemprego elevado e inflação alta, apenas emergindo da recessão lentamente em 2017. Os escândalos políticos resultaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em maio de 2016 onde seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu como presidente com mandato até 1º de janeiro de 2019 (CIA, 2018).

O Brasil é um país localizado na América do Sul e possui dimensões continentais fazendo fronteira com países como, Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (CIA, 2018). Sua localização é um facilitador para fomentar o comércio internacional entre os países vizinhos devido a facilidade na logística de transporte sem a necessidade de um *transit time* muito longo.

A população brasileira está estimada em 208.683.164 habitantes, dado atualizado momentaneamente pelo IBGE, verificado as 18:21:59 de 12/08/2018. A população é composta por 48,91% homens e 51,09% mulheres. Dentre as características da população encontra-se a taxa de analfabetismo, que nas pessoas com 15 anos ou mais constatou-se uma queda de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017. Em números, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. Na faixa da população de 60 anos ou mais de idade a incidência de analfabetismo é quase três vezes maior (19,3%), informa o IBGE (2018).

O envelhecimento da população é uma realidade mundial, conforme informa a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018). A expectativa de vida mundial vem aumentando ao longo dos anos, sendo 76,25 anos a expectativa de vida de um brasileiro ao nascer, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo isso em vista, a definição de idoso já foi reavaliada pela OMS, descrevendo como meia idade de 66 a 79 anos, idoso de 80 a 99 anos e idosos de longa vida acima de 100 anos.

O indicador trimestral referente à taxa de ocupação da população, considerando os meses de abril, maio e junho de 2018, apontam uma queda de 0,6% no percentual da taxa de desocupação da população, caindo de 13% no mesmo período do ano de 2017 para 12,4% em 2018. Contudo o nível de ocupação da população se manteve estável em 53,7% comparado ao mesmo trimestre do ano de 2017 (IBGE, 2019) como é possível visualizar no quadro 1.

Quadro 1 – Taxa de desocupação – Brasil no período de 2012 a 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0
dez-jan-fev		7,7	6,7	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7
fev-mar-abr	7,7	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9	
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7	
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4	
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,5	11,6	12,8	12,3	
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1	
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9	
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2	11,7	
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,8	12,0	11,6	
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	8,9	12,0	11,8	11,6	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Levando em consideração dados mais atualizados do ano de 2019, a taxa de desocupação da população brasileira preocupa, pois segundo o IBGE (2019) no trimestre de janeiro a março de 2019 havia 13,4 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Esse número cresceu 10,2% (mais 1,2 milhão de pessoas) em relação ao final do ano de 2018 (de outubro a dezembro) que era de 12,2 milhões de brasileiros desocupados.

2.2.1 Produto Interno Bruto

Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Portal Administração (2018), é a soma das riquezas de uma nação, bens e serviços produzidos em determinado local. O PIB é um indicador utilizado para medir o crescimento de uma economia e seu desenvolvimento econômico. Entretanto existem controvérsias quanto ao índice de desenvolvimento de um país estar atrelado ao crescimento do PIB, pois nem sempre crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento econômico.

2.2.2 Produto Interno Bruto *Per Capita*

Na figura 1 pode-se observar a variação do Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, caracterizado como a divisão do valor do PIB pelo número de habitantes da população brasileira. Entre 2015 e 2016 verificou-se forte retração na economia e a lenta recuperação do ano de 2017, pois ambos indicadores oscilam de forma conjunta.

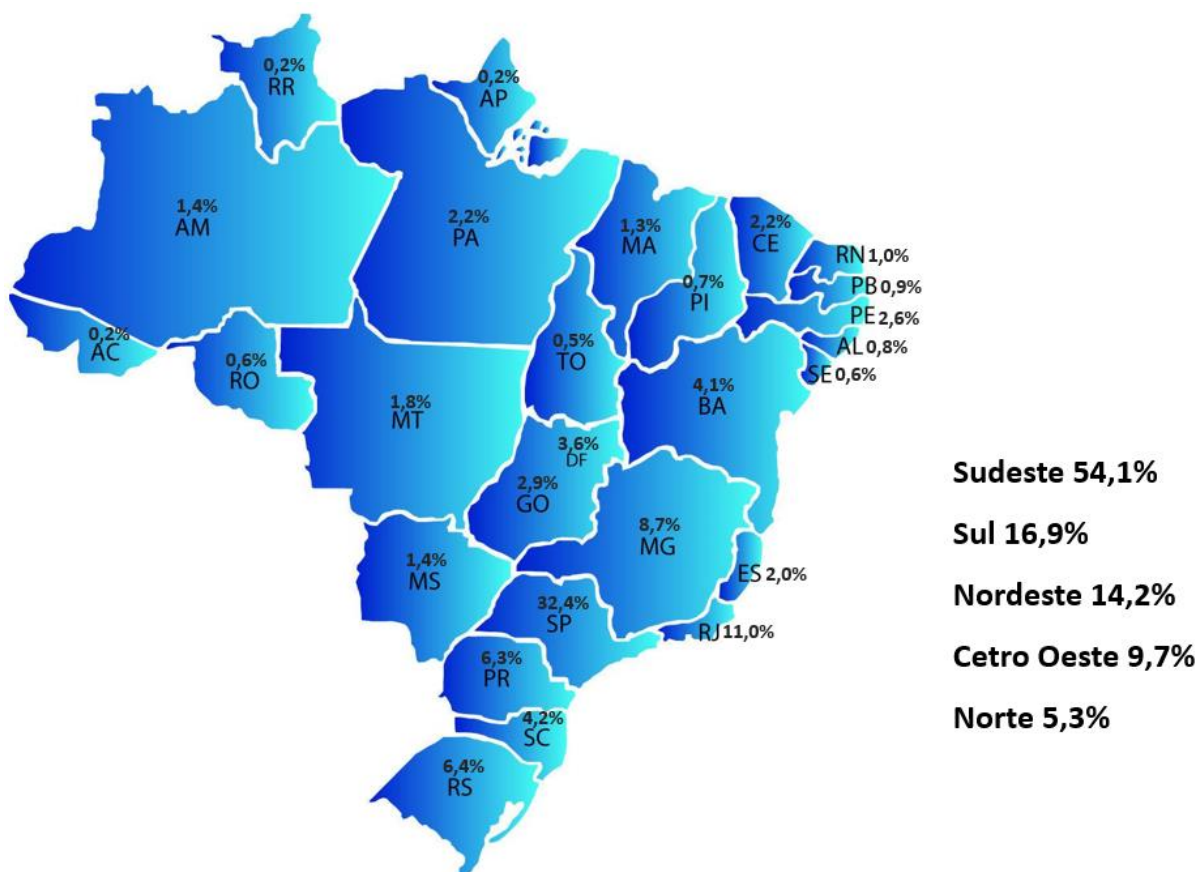
Figura 1 – PIB e PIB *per capita*

Conforme publicou o IBGE (2018) em 2017, o PIB cresceu 1,0% totalizando R\$ 6,6 trilhões, demonstrando uma lenta recuperação da economia, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. Ainda, segundo dados do *Internacional Monetary Fund* (FMI, 2018) estima-se que o PIB do Brasil apresentará crescimento de 1,8% e 2,5% em 2018 e 2019 respectivamente impulsionado pela recuperação do consumo após recessão vivida em 2015 e 2016 gerada pela crise econômica.

2.2.3 Representatividade do Produto Interno Bruto por Região e Estado

Ao observar a figura 2, em que é demonstrada a representatividade de cada estado na participação das riquezas nacionais no ano de 2015, nota-se a disparidade entre os estados. O estado de São Paulo corresponde a 32,4% do PIB nacional e estados como Acre, Roraima e Amapá possuem uma representatividade quase nula, sendo 0,2% cada estado. Ao levar-se em consideração os índices das regiões, realizando a soma da região Sul e Sudeste resulta no percentual de 71% de representatividade no PIB nacional na qual se pode verificar a importância dessas regiões na economia nacional (IBGE, 2016).

Figura 2 - Representatividade do PIB por região e estado



Fonte: adaptado de IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais e Superintendência da Zona Franca de Manaus

2.2.4 Representatividade Do Produto Interno Bruto Por Segmento Da Economia

Conforme Agência de Notícias do IBGE (2018), em 2017 o PIB apresentou um tímido crescimento, após período de recessão nos anos de 2015 e 2016. Levando em consideração esse período, houve alta de 13% no setor da Agropecuária, 0,3% nos Serviços e a Indústria se manteve inalterada com 0,0% (quadro 2).

Quadro 2 – Crescimento dos setores da economia

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	INDICADORES			
	PIB	AGRO	INDUS	SERV
3º trimestre 2017 x 4º trimestre 2017 (c/ ajuste sazonal)	0,1	0,0	0,5	0,2
4º trimestre 2016 x 4º trimestre 2017 (s/ ajuste sazonal)	2,1	6,1	2,7	1,7
TAXA DE INVESTIMENTO 2017 = 15,6% TAXA DE POUPANÇA 2017 = 14,8%				

Fonte: adaptado de IBGE

De acordo com a publicação da Agência de Notícias do IBGE (2018), é possível observar que:

A taxa de investimento em 2017 foi de 15,6% do PIB, abaixo do observado no ano anterior de 16,1%. A taxa de poupança foi de 14,8% em 2017 ante 13,9% no ano anterior. Frente ao 3º trimestre, na série com ajuste sazonal, o PIB teve alta de 0,1% no 4º trimestre de 2017. Foi o quarto resultado positivo consecutivo nessa comparação, com a Indústria e os Serviços crescendo, respectivamente, 0,5% e 0,2%, enquanto a Agropecuária ficou estável 0,0%. Em relação ao 4º trimestre de 2016, o PIB cresceu 2,1% no último trimestre de 2017, o segundo resultado positivo seguido nessa comparação, após um trimestre de estabilidade e 11 trimestres de queda, teve um crescimento nos seguintes setores da Agropecuária (6,1%), Indústria (2,7%) e Serviços (1,7%).

Levando em conta o ano de 2016 e 2017, nota-se que após longo período de retração no crescimento da economia, os setores de indústria, agrícola e serviços estão apresentando uma recuperação de forma tímida. Por outro lado, em relação aos dois últimos trimestres do ano de 2017, o crescimento é praticamente nulo. Neste mesmo período, também é possível constatar um aumento na poupança, o que significa que os consumidores estão guardando mais, devido às instabilidades e inseguranças ainda presentes no seu cotidiano. Além disso, no âmbito dos investimentos foi verificado queda de 0,5% no percentual investido do ano de 2016 para 2017.

2.2.5 Planos Econômicos, Moedas Brasileiras E Inflação

O Brasil viveu períodos inflacionários de descontrole e com oscilação gigantesca do dia para noite, ocasionando diversos problemas na economia. Porém, os mais prejudicados eram os mais pobres, pois sofriam com a perda no poder de compra, salários reajustados de forma

automática de acordo com a inflação, a alta de preços contínua onde diariamente os produtos eram etiquetados com novos preços devido à desvalorização da moeda. Segundo o *site* da *Advanced Financial Network* (ADVFN, 2018), no Brasil a hiperinflação ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990, quando a inflação desenfreada chegou a superar o patamar de 80% ao mês, ou seja, o mesmo produto atingia quase o dobro do preço de um mês para o outro. Nos anos de 1980 a 1989, a média da inflação no Brasil foi de 233,5% ao ano. Na década subsequente, nos anos de 1990 a 1999, a oscilação anual alcançou 499,2%.

Ao longo de sua história econômica, o Brasil teve 8 moedas, cujas trocas foram ocasionadas devido à desvalorização vertiginosa da moeda causada pela inflação. Segundo informações do Banco Central (2018), as moedas foram: Cruzeiro (Cr\$) vigente de 1/11/1942 a 12/2/1967, Cruzeiro Novo (NCr\$) vigente de 13/2/1967 a 14/5/1970, Cruzeiro (Cr\$) vigente de 15/5/1970 a 27/2/1986, Cruzado (Cz\$) vigente de 28/2/1986 a 15/1/1989, Cruzado Novo (NCz\$) vigente de 16/1/1989 a 15/3/1990, Cruzeiro (Cr\$) vigente de 16/3/1990 a 31/7/1993, Cruzeiro Real (CR\$) vigente de 1/8/1993 a 30/6/1994, Real (R\$) vigente a partir de 1/7/1994 até os dias atuais.

Segundo *site* da Toro Radar (2018), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um índice de alta relevância na economia, pois demonstra a inflação acumulada. Este índice está presente interferindo na rotina da população, pois verifica mensalmente a mudança dos preços para o consumidor final. Considera-se o IPCA como um reflexo do custo de vida das famílias dentro do padrão de 1 a 40 salários mínimos, visto que para mensurar esse índice são levadas em consideração as seguintes variáveis: moradia, alimentação, saúde, higiene pessoal, artigos para casa, educação, despesas pessoais, comunicação, transporte e vestuário. Dessa forma, se o IPCA sobe, certamente alguns produtos/serviços sofrerão reajustes para cima, ou seja, ficam mais caros. Para ocorrer baixa dos preços no mercado o índice IPCA precisa ser negativo, fato chamado de deflação (Toro Radar, 2018).

O quadro 3 representa a série histórica do índice IPCA e suas oscilações, a partir do ano de 1999 até 2017 com suas respectivas metas que são estipuladas pelo governo. Observa-se que a taxa ficou dentro da meta estipulada apenas quatro vezes nos anos de 2006, 2007, 2009 e 2017 numa série de 18 anos (Toro Radar, 2018). Levando em consideração o ano de 2018, a meta estipulada pelo governo para o índice IPCA é de 4,5 e, conforme dado divulgado pelo IBGE em julho, o índice encontra-se com taxa de 4,48, beirando a meta estipulada.

Quadro 3 – Índice de inflação acumulada x meta

Inflação Acumulada Atual		
Inflação	Taxa	Meta
2017	2,95	4,5
2016	6,29	4,5
2015	10,67	4,5
2014	6,41	4,5
2013	5,91	4,5
2012	5,84	4,5
2011	6,50	4,5
2010	5,91	4,5
2009	4,31	4,5
2008	5,90	4,5
2007	4,46	4,5
2006	3,14	4,5
2005	5,69	4,5
2004	7,60	5,5
2003	9,30	8,5
2002	12,53	3,5
2001	7,67	4,0
2000	5,97	6,0
1999	8,94	8,0

Fonte: Banco Central do Brasil

2.2.6 Índice de Confiança

Os levantamentos de tendência/predisposição realizados pela Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018) são verificações estatísticas que produzem informações utilizadas no monitoramento e acompanhamento da situação atual e na previsão de eventos futuros da economia, pois geram indicações das tendências econômicas com agilidade. Habitualmente no mês da coleta e divulgação dos dados, os mesmos já são utilizados como ferramenta para acompanhar o movimento do segmento, análise da situação, planejamento e tomada de decisão. Entre os indicadores que serão avaliados conta-se com a sondagem da Indústria, Serviços, Comércio, Consumidor e dos Investimentos.

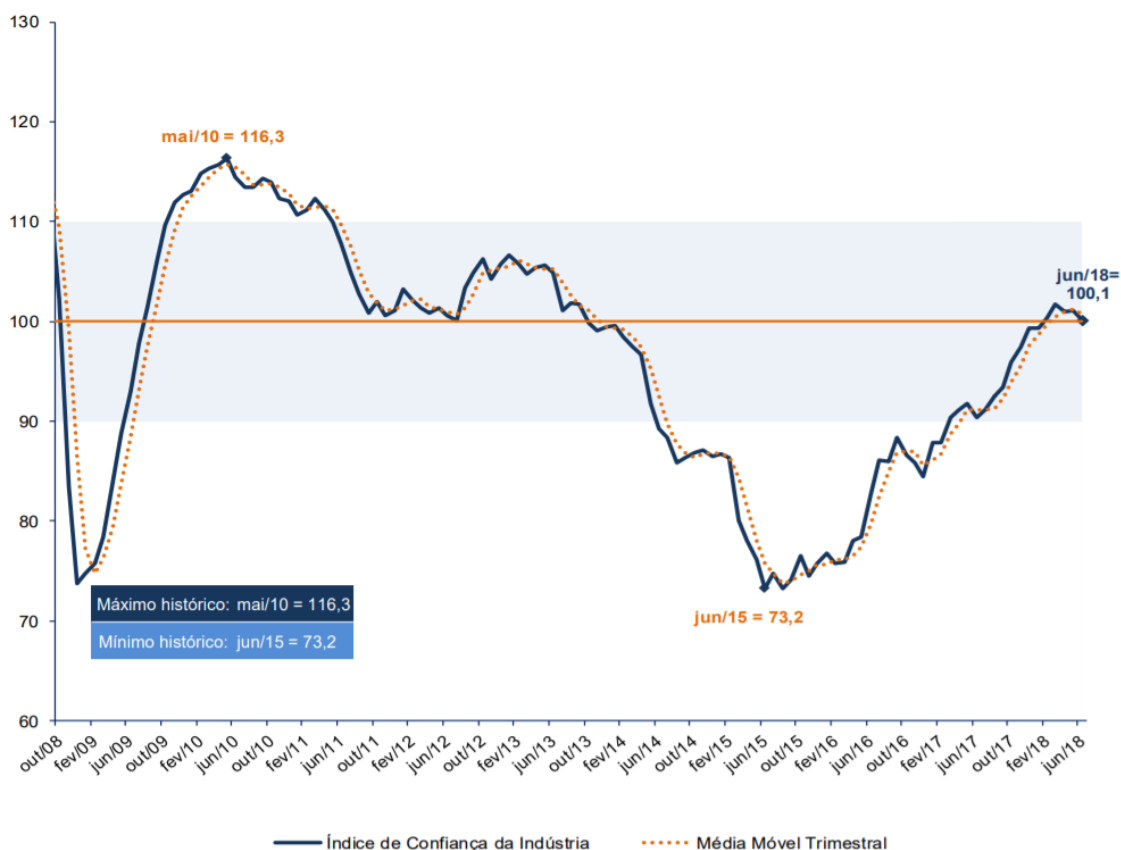
2.2.7 Sondagem da Indústria

A análise da Indústria é um levantamento estatístico que produz informações relevantes ao acompanhamento e previsão de tendências econômicas, utilizado como auxílio para a tomada de decisões. A sondagem da Indústria realizada pelo FGV IBRE (2018) teve como período de coleta 04 de junho de 2018 a 26 de junho de 2018. Segundo publicação do instituto:

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas recuou 1,0 ponto em junho de 2018, para 100,1 pontos, menor nível desde janeiro desse ano (99,4 pontos). Com o resultado, o ICI fecha o segundo trimestre (100,7 pontos) 0,2 ponto acima do resultado do primeiro trimestre (100,5 pontos). A descontinuidade nos transportes rodoviários de cargas, ocorrida entre o final de maio e o início de junho, aumentou os estoques de produtos finais e reduziu os estoques de insumos, afetando custos, produção, utilização da capacidade e confiança. Embora a pesquisa de junho também traga a boa notícia da melhora das expectativas, esse pode ser um efeito passageiro, influenciado pelo efeito base do fraco desempenho do setor em maio, afirma Tabi THULER SANTOS (2018), coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV IBRE.

A confiança da indústria mostra-se oscilante tendo como fator principal para tal, a paralisação do transporte rodoviário em maio de 2018. Esta paralização ocasionou grande impacto na economia, gerando perdas significativas, atrasos nos prazos, estoque alto de produto pronto, desabastecimento, acarretando sérios prejuízos para os setores da economia, inclusive na indústria, com perda de produção e aumento dos custos, refletindo assim no recuo de 1,0 ponto no Índice de Confiança da Indústria em junho do mesmo ano. Porém, mesmo com o recuo, o segundo trimestre mostra um resultado superior em relação a confiança apresentada no primeiro trimestre do ano, fato que demonstra uma expectativa positiva por parte da indústria, como é possível identificar na figura 3.

Figura 3 – Índice de Confiança da Indústria

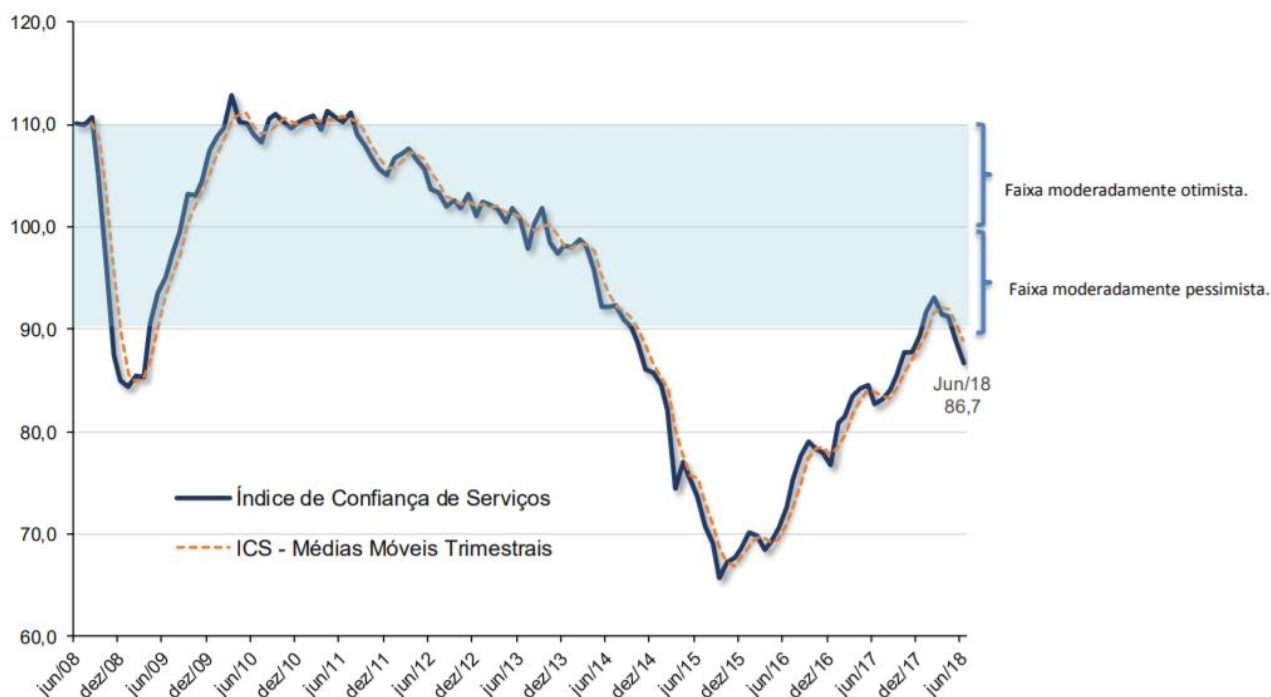


Fonte: Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE)

2.2.8 Sondagem Dos Serviços

A sondagem realizada pelo FGV IBRE (2018) do Setor de Serviços foi a primeira pesquisa que recolheu dados deste setor que corresponde a mais da metade do PIB nacional, tendo início em 2008. Os dados coletados mensalmente destacam os movimentos/tendências de curto prazo e indicadores para planejamento e tomada de decisão que envolvem os negócios do setor.

Figura 4 – Índice de Confiança dos Serviços



O levantamento realizado pelo FGV IBRE (2018) teve como período de coleta 04 de junho de 2018 a 26 de junho de 2018, conforme citado a seguir:

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 2,1 pontos em junho e atingiu 86,7 pontos, menor nível desde setembro de 2017, após quatro meses de quedas consecutivas. Em médias móveis trimestrais, o índice segue a mesma tendência negativa, com diminuição de 1,6 ponto. A confiança do setor de serviços manteve, em junho, a trajetória de queda iniciada em março, influenciada pela continuidade do movimento de calibragem das expectativas, sobretudo em relação ao ambiente de negócios, e pela deterioração da percepção sobre a situação corrente. A greve dos caminhoneiros, em maio, desorganizou de modo significativo vários segmentos da economia, e contribuiu ampliando assim os efeitos negativos sobre a confiança relacionados à incerteza política. O cenário é de uma recuperação bastante discreta no nível de atividade para os próximos meses. Analisa Silvio SALES (2018), consultor da FGV IBRE.

O Índice de Confiança de Serviços apresentou retração em junho, após quatro meses de recuo no índice e atingiu o menor patamar desde setembro de 2017 que vinha apresentando leve recuperação, fato que pode ser observado na figura 4. Esta queda na confiança se dá em virtude da paralisação dos transportes em maio que prejudicou também o setor dos serviços e da incerteza política vivida atualmente no país.

2.2.9 Sondagem Do Comércio

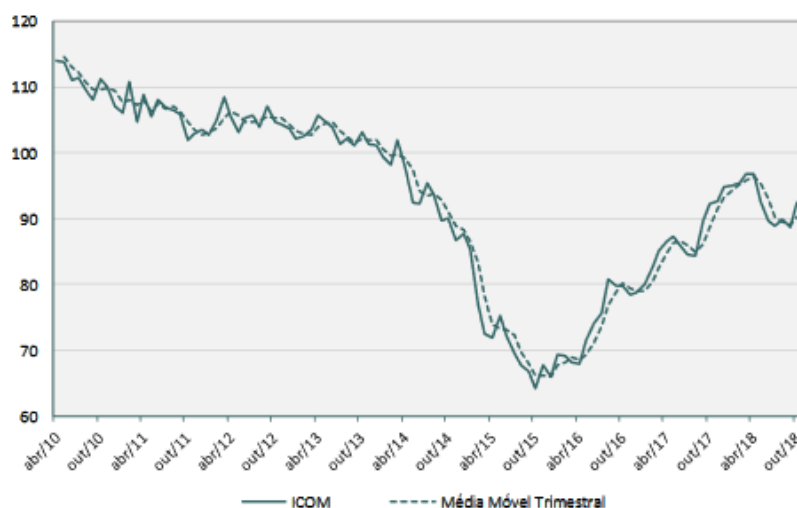
A sondagem do Comércio realizada pelo FGV IBRE (2018) teve início em 2010, os dados coletados mensalmente destacam cenário dos negócios, dimensão da demanda, faturamento, compras, obtenção de crédito, prazo e quantidade de mão-de-obra, informações relevantes para acompanhamento e previsão de tendência/predisposição do segmento.

O levantamento realizado pelo FGV IBRE (2018) teve como período de coleta 01 de agosto de 2018 a 22 de agosto de 2018. De acordo com o Instituto:

O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) da Fundação Getúlio Vargas subiu 1,1 ponto em agosto, ao passar de 88,8 para 89,9 pontos. Esta é a primeira alta do indicador após uma sequência de quatro quedas seguidas, com perdas acumuladas de 8,0 pontos. A reação da confiança do Comércio em agosto é tímida diante dos resultados negativos recentes. As empresas continuam avaliando a situação atual de forma desfavorável, mas já esboçam uma melhora nas expectativas em relação aos próximos meses. A combinação de resultados sinaliza que o setor continua se recuperando lentamente, sujeito aos níveis elevados de incerteza e da também lenta evolução do mercado de trabalho, avalia Rodolpho TOBLER (2018), Coordenador da Sondagem do Comércio da FGV IBRE.

O Índice de Confiança do Comércio subiu 3,8 ponto em outubro, de 88,7 para 92,5. De acordo com Rodolpho Tobler, Coordenador da Sondagem do Comércio da FGV IBRE “Com a alta da confiança do comércio em outubro, o indicador retorna ao nível anterior ao da greve dos caminhoneiros sugerindo que o pior momento do setor começa a ficar para trás”, assim o setor apresenta uma perspectiva otimista para os próximos meses, como é possível visualizar na figura 5.

Figura 5 – Índice de Confiança do Comércio



Fonte: Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE)

2.2.10 Sondagem do Consumidor

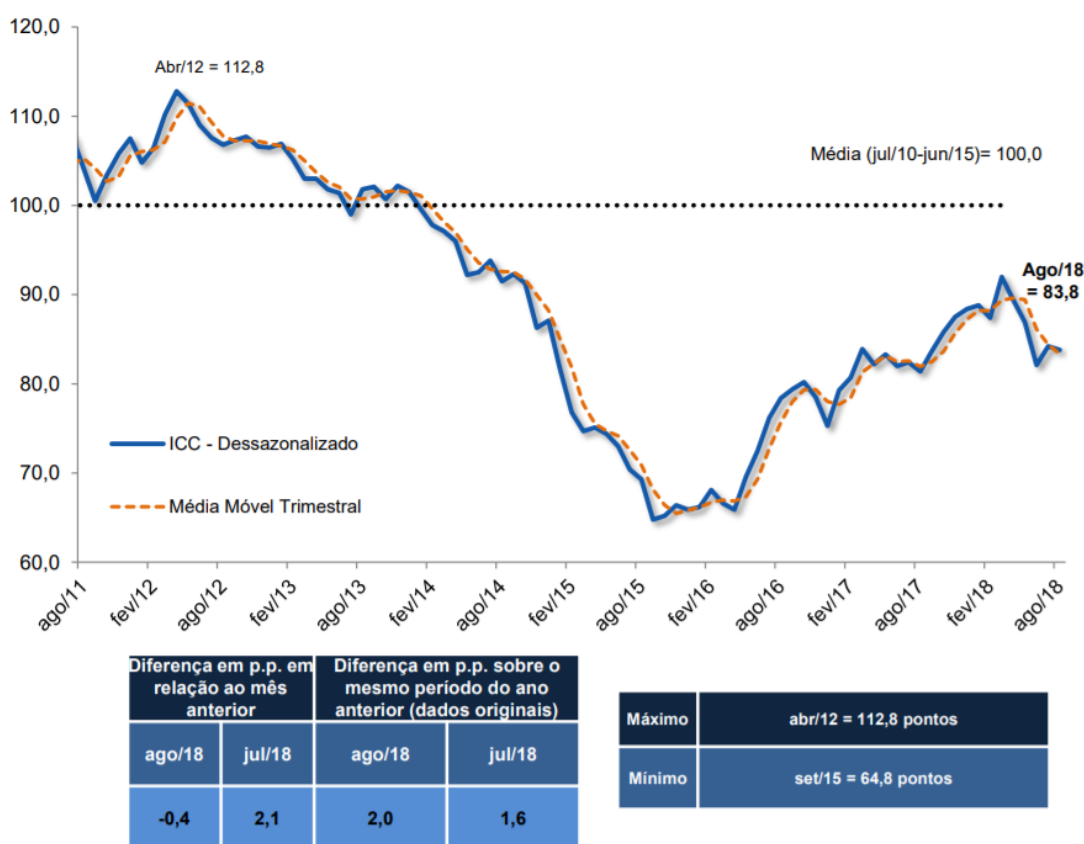
A análise das Expectativas do Consumidor, realizada pelo FGV IBRE (2018), busca verificar o sentimento/parecer do consumidor em relação a situação geral da economia e de suas finanças pessoais. Quando o consumidor está satisfeito e otimista no que diz respeito ao futuro, ele está propenso a gastar mais. Quando está insatisfeito e negativo quanto ao futuro, tende a gastar menos. A confiança do consumidor opera como agente redutor ou gerador do crescimento da economia, pois sinaliza intenções de gasto e poupança.

O levantamento realizado pelo FGV IBRE (2018) teve como período de coleta 01 de agosto de 2018 a 21 de agosto de 2018, conforme divulgado pelo instituto:

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas recuou 0,4 ponto em agosto, ao passar de 84,2 pontos para 83,8 pontos. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve alta de 2,4 pontos. Diante da lenta recuperação do mercado de trabalho, do alto nível de incerteza, do risco de aceleração da inflação e das dificuldades de se alcançar o equilíbrio orçamentário familiar, os consumidores mantêm uma postura conservadora e cautelosa quanto aos gastos discricionários. Este desânimo terá um efeito redutor sobre o consumo das famílias ao longo do segundo semestre, afirma Viviane SEDA BITTENCOURT (2018), Coordenadora da Sondagem do Consumidor.

O Índice de Confiança do Consumidor apresentou um pequeno recuo no mês de agosto em relação ao mês anterior. Mesmo assim, este dado apresenta crescimento de 2,4 pontos em relação ao mesmo período do ano passado, após recessão vivida em 2015 e 2016, conforme observa-se na figura 6. Esta situação demonstra uma vagarosa recuperação da confiança por parte do consumidor devido à insegurança no mercado de trabalho, indefinição política que induz o consumidor a apresentar um comportamento prudente, frear os gastos e ter cautela com endividamentos.

Figura 6 – Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE)

2.3 ACORDOS E ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Devido ao crescimento da economia mundial e a globalização em ritmo acelerado, em diversas partes do mundo, países unem-se através de acordos ou associações intergovernamentais dando origem a relações regionais e inter-regionais com objetivos de estreitar os laços políticos, sociais e econômicos entre os mesmos trazendo benefícios mútuos. O Brasil participa de várias relações com outros países, conforme se poderá verificar no decorrer deste capítulo.

2.3.1 Mercado Comum do Sul

Com 27 anos de existência o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado na década de 80 a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 pelos países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Essa é a mais forte atividade de aproximação e

associação regional da América Latina (Ministério das Relações Exteriores, 2018). Todos os países sul-americanos estão conectados ao MERCOSUL como Estados associados, com exceção da Bolívia que está em processo de adesão e a Venezuela que se juntou ao Bloco em 2012, mas está “bloqueada” desde dezembro de 2016, devido ao desrespeito ao Protocolo de Adesão e, desde agosto de 2017, por descumprimento da Cláusula Democrática do Bloco (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2018), o mesmo tem como os objetivos a promoção da cooperação, do desenvolvimento, constituição de um mercado comum, com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos. Para isso foi criada e instituída a Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com países e a adoção de uma política comercial comum, onde as alíquotas variam de 0% a 20%, levando em consideração o princípio geral da classificação tarifária: matéria prima (insumos) têm alíquotas mais baixas e produtos com maior grau de elaboração e percentuais mais altos.

2.3.2 Associação Latino-Americana de Integração

Em 1980 foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), através do Tratado de Montevideu (TM80), com o objetivo de alavancar o crescimento econômico e social da região, buscando a integração e a formação de um mercado comum latino-americano. A ALADI é formada por 13 membros que somando possuem um PIB superior a US\$ 5 trilhões. São membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e em processo de adesão encontra-se a Nicarágua (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

Junto com a criação da associação surgiram componentes que demonstravam flexibilidade como: a alternativa de firmar acordo com dois países membros ou mais, sem necessidade desse mesmo acordo ser firmado por todos os países, isso proporcionou aumento relevante nos acordos firmados (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

Conforme o Ministério das Relações Exteriores (2018), o Tratado de Montevideu autoriza os países membros a determinar preferências tarifárias e responsabilidades a respeito da diminuição ou supressão de tarifas aos países membros, sem obrigação de aplicar esses benefícios a outros países. Na atualidade, aproximadamente 70% do comércio entre os países da ALADI ocorre com 100% de preferência tarifária e considerando o Brasil, 75% das exportações e aproximadamente 90% das importações são liberadas de tarifas.

Para facilitar o comércio entre os membros, foi criado um sistema de compensação de pagamentos, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), que é utilizado para valores provenientes das importações e exportações entre países membros e os bancos aptos. Além disso, para agilizar os trâmites foi efetivada a utilização da Certificação de Origem Digital, que possibilita a emissão eletrônica dos documentos de origem. Outro elemento importante de fomento do comércio que a ALADI promove é a EXPO ALADI que é uma rodada de negócios voltada para pequenas e médias empresas (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

2.3.3 Brasil, Rússia, Índia, China E África Do Sul

A formação composta pelos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), que tem grande parcela do território, população e PIB mundial, teve início em 2006 de maneira informal com reuniões anuais. No que tange a cooperação entre os membros, a contribuição mútua em 30 áreas como: saúde, educação, energia, no âmbito empresarial, acadêmicas, segurança, finanças, economia, comércio, agricultura, ciência, tecnologia e inovação (Ministério das Relações Exteriores, 2018). O Brasil responsabilizou-se pela organização do encontro em 2007. Por interesse de todos os envolvidos, decidiu-se estreitar essas relações após realização da I Cúpula em 2009, em Ecaterimburgo. Em 2011, na Cúpula de Sanya, a formação se transformou em BRICS com o ingresso da África do Sul, transformando-se uma nova e promissora entidade político-diplomática conforme afirma o Ministério das Relações Exteriores (2018).

2.3.4 Grupo dos 20

Em meio ao cenário da crise de balanço de pagamentos nas economias emergentes, foi criado em 1999 o Grupo dos 20 (G-20), tendo como objetivo a cooperação internacional, solidez econômica, crescimento sustentável, organizar políticas entre os membros, proporcionar equilíbrio financeiro para evitar possíveis crises (Ministério das Relações Exteriores, 2018). Seus integrantes são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, República da Coreia, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. Os países membros do G-20

representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional e 2/3 da população mundial segundo o Ministério das Relações Exteriores (2018).

2.3.5 Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

Conforme o Ministério das Relações Exteriores (2018) ocorreu a primeira Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) em 2008, por iniciativa do Brasil, que convocou a mesma. O objetivo foi estreitar relações e cooperação entre a região latino-americana e caribenha. Em 1980 foi criado o Grupo Rio que reunia 24 países com importante atuação na América Central. Dessa forma, surgiu a oportunidade dos países se reunirem em fevereiro de 2010 na Cúpula da Unidade, no México, que recebeu simultaneamente a CALC e a Cúpula do Grupo do Rio, onde foi reconhecida a união de ambos, agora chamados de Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A partir da Cúpula em Caracas, em dezembro de 2011, a CELAC iniciou suas atividades oficialmente contando com 33 países latino-americanos e caribenhos (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) atua com base em reuniões por grupos setoriais, pleiteando temas de interesse como educação, desenvolvimento social, cultura, transportes, infraestrutura e energia. A CELAC tem contato com União Europeia, China, Rússia e Índia entre outros, no âmbito político, social e cooperação (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

2.4 ECONOMIA

Para compreender melhor o conceito de economia e sua área de estudo verificou-se que para Rossetti (2011) economia “É a ciência que estuda os recursos escassos e as alternativas de produção, para atender as necessidades ilimitadas dos indivíduos. ““... compete o estudo da ação econômica do homem, envolvendo essencialmente o processo de produção, a geração e a apropriação da renda, o dispêndio e a acumulação”. Seguindo este mesmo conceito, aborda-se a definição de economia para Mochón (2006) é:

“A economia se ocupa das questões relacionadas a satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade. Para satisfação dessas necessidades materiais (alimentos, vestuário ou moradia) e não materiais (educação, lazer etc.) de uma sociedade, seus membros devem realizar determinadas atividades produtivas. Mediante essas

atividades, obtém-se os bens e os serviços necessários, entendendo-se por bem todo o meio capaz de satisfazer uma necessidade, seja dos indivíduos, seja da sociedade. A economia se ocupa da maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir diversos bens e distribuí-los para consumo entre os membros da sociedade.”

. A sociedade busca atender primeiramente suas necessidades básicas/biológicas, como alimentação, moradia, saúde, uma vez as necessidades básicas atendidas, começa a busca por atender as necessidades que visam conforto, diversão e melhor qualidade de vida. Percebe-se que as empresas estão buscando produzir bens e serviços para atender essas necessidades. Porém deve-se levar em consideração que a capacidade de produção de bens e serviços é limitada, ao contrário das necessidades dos consumidores que são ilimitadas. Assim, é possível concluir que quanto mais escasso for um recurso, maior será o seu valor e maior será o preço do bem ou do serviço produzido a partir deste recurso.

2.4.1 Série Histórica da Economia Brasileira

Neste subcapítulo será abordado a história da economia brasileira em vários períodos, onde serão tratados os períodos da superinflação, da alta no preço do petróleo, épocas onde a economia era posicionada de forma fechada em relação ao comércio internacional e decidiu-se abrir a economia brasileira nesse meio.

2.4.2 Economia Brasileira 1961 a 1972

Segundo Izidoro (2015) o Brasil se desenvolvia sem fazer dívidas graças à exportação que estava em ótimo momento. Mesmo com a inflação em 37% nesse período, o PIB apresentou crescimento médio de 8% de 1960 a 1968 e cresceu ainda mais nos anos subsequentes com uma taxa de 11% em 1972.

2.4.3 Economia Brasileira 1973 a 1979

Período em que o país sofreu devido à alta do petróleo, onde repentinamente o valor do barril atingiu 5 vezes o valor que estava. Como o país era grande consumidor de petróleo, consequentemente teve que desembolsar mais divisas para a importar o mesmo, nesse momento a economia começou a sofrer desaceleração devido a este aumento de preços do barril de petróleo (IZIDORO, 2015, p. 123).

2.4.4 Economia Brasileira 1980 a 2009

De acordo com Izidoro (2015), nesse período a taxa de crescimento do país começou a diminuir por vários fatores. O país ainda sofria pela alta no valor do barril de petróleo nos anos anteriores, amargava a alta de impostos, apresentava falta de investimentos e infraestrutura que afetavam a produção e excessiva burocracia por parte do governo, o que acarretava em custos e perda de tempo para as empresas. Com o intuito de controlar a inflação o governo aumentou a taxa de juros e abriu a economia brasileira ao comércio internacional, pondo fim ao alto protecionismo à indústria nacional, baixando o preço dos produtos no mercado brasileiro devido a entrada de produtos importados para gerar maior competitividade no mercado nacional.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS

São as decisões políticas tomadas ou não pelo Governo, diante das dificuldades que surgem seja no âmbito econômico, social, político ou monetário que interferem nos interesses públicos e em toda população indiferentemente de classe social. Dessa forma, as intervenções do Governo têm como objetivo solucionar problemas da sociedade através de medidas para equilíbrio (BERGUE; OLIVEIRA, 2012, p.83-84).

2.5.1 Política Econômica

Pode-se afirmar que a ciência econômica tem como objeto de estudar o problema da escassez de recursos, ou seja, como economizar (VASCONCELLOS, 2006, p. 3). Mesmo sem gasto de dinheiro (dispêndio financeiro), tudo tem um custo na economia, conforme expressou Milton Friedman em sua frase “não existe almoço grátis” (VASCONCELLOS, 2006, p. 11). A Política Econômica trata da resolução de questões a curto prazo, como inflação e desemprego, e a longo prazo, como problemas estruturais para desenvolvimento do nível qualidade de vida com base nos estudos da macroeconomia que analisam o desempenho do PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços, dentre outros (VASCONCELLOS, 2006, p. 17-18).

2.5.2 Política Fiscal

Segundo Vasconcellos (2006), a política fiscal trata dos mecanismos que o governo tem para a arrecadação de impostos no âmbito da política tributária e o controle das despesas na política de gastos. No que diz respeito a implementação das medidas, as mesmas dependem de votação do Congresso, o que dá margem para atraso e descompasso entre a determinação e a implementação, além do mais as medidas só podem ser aplicadas no ano seguinte de sua aprovação. O governo faz uso desses mecanismos de acordo com seus interesses em conduzir a situação fiscal do país, utilizando a tributação, oscilando as alíquotas de impostos para mais ou para menos, com o intuito de estimular ou “frear” os gastos do setor privado, consumo e em investimento (VASCONCELLOS, 2006, p. 193).

Se a meta for a redução da inflação, as ações normalmente adotadas através da política fiscal são a redução/corte de gastos públicos e/ou o aumento dos impostos que retrai o consumo e o investimento, ou seja, tem como finalidade reduzir os gastos da sociedade. Porém, se o objetivo for a geração de empregos e crescimento do país, as ações são com o intuito de fomentar o consumo e gastos públicos reduzindo os tributos (VASCONCELLOS, 2006, p. 193).

2.5.3 Política Monetária

Segundo Vasconcellos (2006) a política monetária trata da interferência do governo sobre a quantidade de moeda disponível no mercado, disponibilidade de crédito e taxas de juros aplicadas. Os mecanismos utilizados são: reservas compulsórias onde o governo obriga os bancos e outras instituições financeiras a depositarem junto ao Banco Central (BACEN), compra e venda de títulos, disponibilidade ou corte de crédito e taxa de juros, redescontos e empréstimos.

Quando a meta for o controle da inflação, deve-se reduzir a liquidez do mercado, ou seja, diminuir a circulação de dinheiro utilizando mecanismos da política monetária como o a venda de títulos públicos. Isto faz com que as pessoas comprem “tirando” o dinheiro de circulação no mercado e o aumento da taxa de reservas compulsórias. Porém, se o objetivo for o crescimento as medidas adotadas são o inverso com o intuito de fomentar a economia (VASCONCELLOS, 2006, p. 194). No que diz respeito as medidas de política monetária adotadas, as mesmas têm efeito imediato entre a decisão e implementação, pois depende apenas das autoridades monetárias, não abrindo possibilidade para a atrasos que ocasionam muitas

vezes defasagem das medidas adotadas não exercendo o objetivo desejado (VASCONCELLOS, 2006, p. 194).

2.5.4 Política Cambial e Comercial

Conforme Vasconcellos (2006), a política cambial e comercial diz respeito aos mecanismos aplicados ao setor externo da economia, impactando em exportações ou importações de acordo com o interesse do governo em direcionar a economia. O governo tem controle sobre a taxa de câmbio, seja ela fixa, quando a taxa é fixada pelo governo, ou flutuante, quando o mercado dita a taxa através de lei oferta e demanda.

A política comercial refere-se a medidas de fomento e incentivo ou desestímulo e redução das exportações ou importações. Isso pode ocorrer através de barreiras, determinações fiscais, crédito ou taxas de juros, que irão variar de acordo com os interesses governamentais em conduzir a economia (VASCONCELLOS, 2006, p. 195).

2.6 CRISES ECONOMICAS

A palavra crise tem origem do latim *crisis*, *-is*, do grego *krísis*, *-eós*, ato de separar, decisão, julgamento, evento, momento decisivo. Conceito inicialmente ligado a medicina que traz como mudança súbita ou agravamento que sobrevém no curso de uma doença aguda e outro conceito é conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo (CRISE, 2019). Nesse capítulo serão abordadas quatro crises, a grande depressão, a crise japonesa, a crise global de 2008 e a crise econômica brasileira para compreender os fatos que ocasionam as crises e o efeito cascata que impacta nas outras economias.

2.6.1 A Grande Depressão

De acordo com Izidoro (2015), a Grande Depressão teve seu início em meados da Segunda Guerra Mundial em 1929 devido à queda no crescimento do PIB de vários países, que apresentou déficit médio de 8,6%, acarretando em alta taxa desemprego que se encontrava na casa de 20% pelos 4 anos subsequentes.

Acredita-se que a mesma foi ocasionada e teve tão longa duração devido a um colapso na Bolsa decorrente de capital especulativo, fato que aumentou a incerteza no mercado e

diminuiu o poder de compra dos consumidores congelando a economia (IZIDORO, 2015, p. 141 e 142). Ainda segundo Izidoro (2015), um dos principais fatores para a recuperação da economia foi a eleição de Franklin Roosevelt em 1932, que levou a mudança na política monetária e os programas adotados em seu governo para reerguer a economia dos Estados Unidos da crise.

2.6.2 A Crise Japonesa

De acordo com Izidoro (2015), após o final da Segunda Guerra Mundial o Japão apresentava um ótimo crescimento econômico até 1990, ano em que começou a crise. Acredita-se que a Crise Japonesa se iniciou após pico histórico do índice que calcula o valor das ações japonesas. Em um período de 9 anos, entre 1980 a 1989, atingiu 5 vezes seu valor, saltando de 7.000 pontos para 35.000. Após esse pico, o índice começou a cair chegando a 7.000 em 2003, fato que se deve por dois motivos: alta no preço das ações e investidores com ações de capital especulativo. Este acontecimento afetou fortemente a economia, reduzindo os investimentos, freando o desenvolvimento, retraindo o consumo em relação ao período em que o índice estava alto e a economia positiva (IZIDORO, 2015, p. 145). Ainda de acordo com Izidoro (2015), a recuperação da economia japonesa começou devido as exportações realizadas pelo país, a aplicação de medidas de política monetária para estimular o consumo, ao desenvolvimento e a interferência do governo japonês sobre os bancos que estavam concedendo empréstimos para financiar empresas que já não tinham mais capacidade para pagar e deixavam de conceder empréstimos a empresas que podiam gerar desenvolvimento e crescer.

2.6.3 Crise Global De 2008

De acordo com Izidoro (2015), no ano de 2008 a economia global desmoronou sofrendo com a maior crise após a Segunda Guerra Mundial por reflexos de fatos ocorridos nos anos anteriores. Um dos fatores que desencadeou a recessão foi a queda no preço dos imóveis nos Estados Unidos e concessão de empréstimos através de hipotecas, que até o momento era vista pelos economistas como positiva, pois possibilitava que as pessoas comprassem seu próprio imóvel, acreditando que o preço das moradias não cairia, levando em consideração o histórico dos anos anteriores.

No ano de 2006 o valor dos imóveis começou a baixar, momento em que o valor da hipoteca ultrapassava o valor do próprio imóvel elevando a quantidade de pessoas endividadas. Devido ao alto grau de endividamento, muitos bancos e credores imobiliários sofreram perdas significativas, somando em 2008 mais de 300 bilhões de dólares, equivalente a 2% do PIB dos Estados Unidos. Após dois anos de recessão, em 2010 estimou-se que o custo da crise norte americana em relação ao PIB levando em consideração a escala global atingiu cerca de 30 trilhões de dólares (IZIDORO, 2015, p. 150).

2.6.4 Crise No Brasil

Segundo o a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018), a crise surgiu de uma desaceleração do crescimento após indicações de que a demanda da economia seria duradoura e estável. A retração mostrou-se através da taxa de desemprego em crescimento, juros reais elevados, dívida externa alta, agravamento e corrupção nas contas públicas. Outro fato gerador para a crise foi a retração nos investimentos, também influenciado pela dívida externa. Na tentativa de equilibrar a situação, o Governo pode elevar os impostos para aumentar a arrecadação ou cortar gastos públicos o que gera incertezas em todos os setores da economia (FGV IBRE, 2018).

Ainda de acordo com a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018), o Governo agiu através de intervenções adotando medidas para o aquecimento da economia, como investimentos do setor público. Tinha-se idealizado que a capacidade do Estado era inesgotável, porém a capacidade de financiar terminou quando a dívida gerada era maior do que o retorno gerado pelos subsídios. Por exemplo, os incentivos oferecidos para a produção de caminhões e carros, onde as empresas investiram em seus parques fabris, contrataram mão de obra e compraram máquinas, mas não havia mais demanda por parte dos consumidores devido à desaceleração.

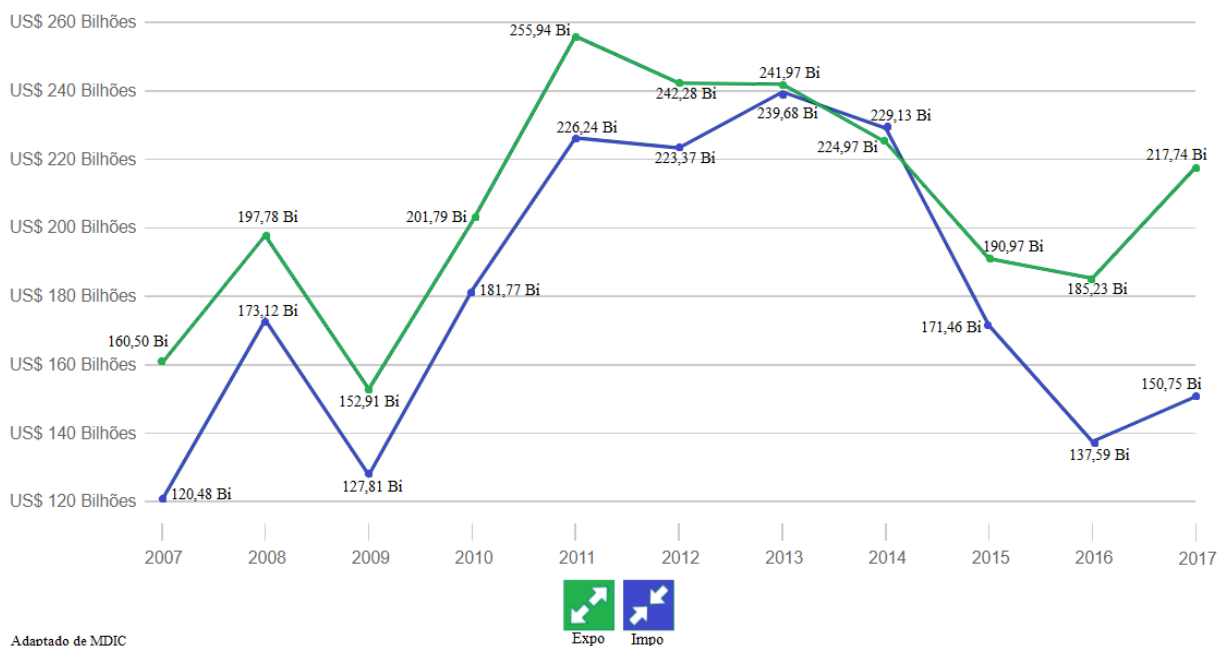
Mesmo com várias intervenções do governo, com o intuito de fomentar e alavancar a economia, a crise assolou a economia brasileira, onde foi constatada retração no crescimento, desaceleração da atividade econômica, desemprego, taxa de inflação acima da meta, moeda desvalorizada, problemas estruturais do Estado e dívida externa elevada. Apesar desses indicadores negativos, pode-se esperar uma tímida recuperação para o ano de 2018 (FGV IBRE, 2018).

2.7 IMPACTO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

É importante salientar num primeiro momento o conceito de balança comercial. Segundo a Revista *InfoMoney* (2006), trata-se da diferença entre o valor dos bens e serviços exportados e o valor dos bens e serviços importados, podendo extrair o conceito de superávit na balança comercial quando as exportações são superiores as importações. Por exemplo, quando a economia global está favorável, os outros países tendem a comprar mais de seus parceiros comerciais ampliando o volume das exportações. Por outro lado, déficit na balança comercial significa que o valor de importações é excedente ao valor das exportações, ou seja, saiu mais divisas do país do que entrou.

Na figura 7 pode-se verificar a variação da balança comercial brasileira, os valores das exportações (Expo) e importações (Impo) em um período de 10 anos, considerando de 2007 a 2017.

Figura 7 – Balança Comercial Brasileira



De acordo com os dados extraídos do *site* do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018), no ano de 2014 era possível notar sinais de mudanças na economia, pois a balança comercial apresentou déficit de 5 bilhões de dólares e queda de 7% nas exportações em comparação com 2013. Já no ano de 2015 as exportações apresentaram queda

de 34 bilhões de dólares em relação ao ano anterior o equivalente a 15% e, no ano de 2016, seguindo em queda, com retração de mais de 5 bilhões de dólares representando 3%.

Como é possível verificar na figura 7, os anos de 2007 e 2009 foram de forte retração no comércio exterior brasileiro devido à expressiva crise internacional. Esta ocorreu devido ao colapso no sistema financeiro nos Estados Unidos da América em outubro 2008 decorrente das hipotecas renegociadas “eternamente”, ocasionando o fechamento de grandes bancos e instituições financeiras mundiais. Esse colapso mundial ficou conhecido como “grande recessão” (MARICHAL, 2016).

Com o intuito de amenizar os efeitos da crise no Brasil, nos anos subsequentes da crise imobiliária dos EUA de 2010 a 2014, o Governo adotou medidas para aquecer a economia estimulando o consumo e a produção através da redução das taxas de juros (FGV IBRE, 2018). Nos anos de 2015 e 2016 a situação de fomento ao consumo ficou insustentável pelo sistema financeiro brasileiro ocasionando a forte resseção no país nesse período, levando a inflação, desemprego, fechamento de empresas e consequentemente a queda no comércio exterior brasileiro (FGV IBRE, 2018).

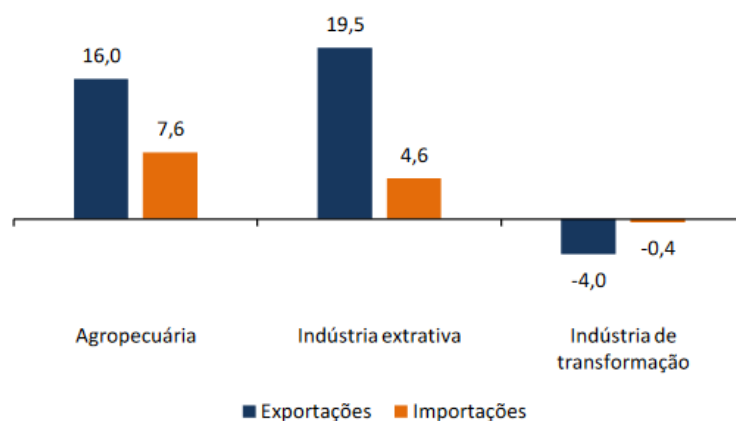
Segundo a Fundação Getúlio Vargas Instituto Brasileiro de Economia (2018), a balança comercial brasileira apresentou superávit nos anos de 2015 e 2016 apesar da resseção, mas esse fato não ocorreu pelo aumento nas exportações e sim pela queda nas importações, devido ao aumento da moeda estrangeira em relação ao real, pois ambos indicadores apresentaram retração.

Conforme o Indicador Mensal De Comércio Exterior (ICOMEX, 2019), o saldo da balança comercial em abril de 2019 foi de US\$ 5,9 bilhões, fato que resultou em um saldo superavitário acumulando no primeiro quadrimestre do ano 2019 US\$ 16,4 bilhões. No entanto, este valor é inferior se comparado a igual período de 2018, em que foi de US\$ 18,2 bilhões. A queda no saldo comparativo é devida por complicações na balança comercial com a Argentina que mudou de superavitária para deficitária, apresentando queda de US\$ 3,1 bilhões, seguida da perda com a União Europeia com queda de US\$ 1,4 bilhões e da China com perda de US\$ 900 milhões considerando o superávit do primeiro quadrimestre de 2019 e o de 2018 (ICOMEX, 2019).

Ainda de acordo com o ICOMEX (2019), as exportações brasileiras no primeiro quadrimestre de 2019 seguem o padrão histórico, onde o crescimento das exportações resulta das *commodities*, representadas pelo setor agropecuário e da indústria extrativa. A exportação da indústria extrativa apresentou crescimento de 19,5%, seguida da agropecuária com aumento de 16% e da indústria de transformação que vem apresentando déficits, sendo que as

exportações recuam em 4% e as importações em 0,4% em relação ao primeiro quadrimestre de 2018 como pode-se visualizar na figura 8:

Figura 8 - Variação (%) nos volumes exportados e importados por tipo de indústria: Jan-abril 2019/2018



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração FGV/IBRE

A análise das exportações realizada pelo ICOMEX (2019) indica que o crescimento em volume das exportações brasileiras está vinculado ao resultado favorável das commodities, que cresceu 12,2% na comparação entre os dois primeiros quadrimestres de 2018 e 2019. A maior expressividade de volume dentro desse indicador é devido ao petróleo e derivados (31,8%), seguido do complexo soja (13,8%).

Segundo ICOMEX (2019), a cautela em relação a taxa de câmbio em 2019 é devida aos conflitos comerciais entre China e Estados Unidos, deixando a economia global com comportamento de prudência, pois pode acarretar em retração no comércio global. Fato que pode impactar nas exportações brasileiras, pois a China é um dos principais destinos das exportações brasileiras de soja e carne. Devido aos conflitos comerciais, a China planeja aumentar tarifas para estes produtos com o intuito de criar barreiras aos Estados Unidos que também tem como destino de suas exportações a China para estes produtos, como resposta ao aumento de impostos a produtos chineses no mercado americano. Este conflito comercial também pode ser visto de forma positiva para as exportações brasileiras, pois abre possibilidade para suprir parte da demanda tanto da China quanto dos Estados Unidos, que demonstrou crescimento de 10,3% e 9,3% respectivamente, em comparação ao primeiro quadrimestre de 2018 e 2019 (COMEX, 2019).

2.8 SÍNTESE DO EMBASAMENTO TEÓRICO CONCEITUAL

Com base no referencial teórico apresentado, de forma resumida e objetiva, apresenta-se no quadro 4 os conceitos centrais da justificação teórica. O quadro expressa a síntese referente as políticas públicas, aos indicadores econômicos e as exportações brasileiras.

Quadro 4 – Síntese do embasamento teórico conceitual

TEMA	ENFOQUE	DEFINIÇÃO SINTETIZADA	AUTOR (ES)
Indicadores	Indicadores socioeconômicos	Dados situação econômica, e social do país.	FGV IBRE IBGE CIA FMI Toro Radar BACEN
Economia	Conceito	Ciência que estuda os recursos escassos e as alternativas de produção.	Rossetti (2011)
		Se ocupa das questões relacionadas a satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade.	Mochón (2006)
	Série histórica da economia brasileira	Separar a economia brasileira através de períodos e suas respectivas fases	Izidoro (2015)
	Políticas Públicas	Política Econômica, Política Fiscal, Política Monetária, Política Cambial e Comercial.	Bergue; Oliveira, (2012) Vasconcellos, (2006)
	Economia e mercado	Explana a série histórica de crises globais, seus motivos e impactos	Izidoro (2015) Marichal (2016)
Exportação	Acordos e associações internacionais	Descrever os principais acordos e associações internacionais que o Brasil participa.	Ministério das Relações Exteriores
Metodologia	Estudo qualitativo	Pesquisa qualitativa	Minayo (2002)

3 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2002) “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”, demonstrando que a pesquisa qualitativa abrange maior riqueza de dados podendo ir mais a fundo nos estudos de caso.

3.1 DELINEAMENTO

O delineamento da pesquisa demonstra a organização do trabalho, de forma detalhada, do que pretende realizar (APOLLINÁRIO, 2016). Para Gil (2009), define que o delineamento é a fase de planificação da pesquisa de uma forma mais ampla, envolvendo previsão, análise e interpretação de dados. Assim, o método de pesquisa utilizado no presente estudo é de natureza qualitativa, de nível exploratório.

3.1.1 Natureza

Metodologia é definida como regras ou normas estabelecidas para o desenvolvimento de uma pesquisa (DICIO, 2009). Para Minayo (2002) a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, sendo tratado como um ponto de vista teórico em conjunto com métodos que possibilitam o entendimento dos dados obtidos. O conjunto de técnicas deve ser “claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” para que se obtenha conclusões verdadeiras, sem dados ilusórios.

Ainda de acordo com Minayo (2002), entende-se por pesquisa:

A atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Toda pesquisa se inicia por uma dúvida. As questões pesquisadas são decorrentes de uma necessidade verificada por surgimento de problemas ou situações presentes no dia a dia da sociedade, com o intuito de compreender e buscar ações para gerenciar os mesmos.

No processo de uma pesquisa, para que os dados tenham sentido são utilizados conceitos que são classificados como cognitivos, pragmáticos e comunicativos. O conceito cognitivo tem a função de delimitar o tema e descartar as demais possibilidades. Já o conceito pragmático possibilita que o pesquisador possa aplicar no campo de pesquisa. E, por fim, o conceito comunicativo tem como função que os entrevistados na pesquisa entendam o interesse da mesma (MINAYO, 2002, pg. 20-21).

3.1.2 Níveis

A pesquisa qualitativa tem início com a etapa exploratória, onde há espaço para dúvidas e questionamentos sobre o objetivo, hipóteses, possibilidades, teorias, metodologias para construir a plataforma de pesquisa (MINAYO, 2002, pg. 26). Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa de nível exploratório fundamenta-se na descrição do ambiente, considerando inúmeros aspectos com o objetivo da constatação de relação entre os componentes.

Para Minayo (2002, pg. 22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Desta forma, nota-se que a pesquisa qualitativa se importa em compreender e explicar questões que não podem ser quantificadas através de números, pois maneja situações da sociedade e suas particularidades como valores, atitudes, crenças, entre outros aspectos. Ainda Minayo (2002) sustenta que “a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou objetivos sociais apresentam” coloca a pesquisa qualitativa como mais profunda e com resultados mais próximos no entendimento dos dados pesquisados.

3.1.3 Estratégias

A técnica utilizada para aprofundamento deste estudo foi o estudo de caso, pois buscou-se utilizar fundamentos práticos para a apropriação do conhecimento.

3.1.4 Participantes do Estudo

A pesquisa contou com a participação e a experiência de dois gestores de empresa. Um deles possui mais de 10 anos de empresa e o outro gestor mais de 40 anos. Estes expuseram

seus pontos de vista sobre a situação da empresa no período da crise nacional e como está a situação atual da empresa, bem como sobre impactos da mesma nas exportações.

3.1.5 Procedimentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de entrevistas e foram analisados vários aspectos da empresa como escolaridade, rotatividade, faturamento e exportações.

4 ESTUDO DE CASO

Com o objetivo de demonstrar a situação abordada na presente monografia, foi realizado o estudo de caso de uma empresa, aprofundando os tópicos citados no trabalho. Foi considerado o período em que a economia brasileira apresentou forte recessão e verificado os impactos da crise e do momento em que a economia começa a se recuperar. Isto contribuiu para visualizar os efeitos da crise e para promover maior clareza sobre os dados. Segundo Gil (2008) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

4.1 DADOS DA EMPRESA

No estudo de caso serão analisados os dados de uma empresa do setor metalúrgico. A empresa objeto do estudo de caso, está localizada no Rio Grande do Sul, atua no ramo metalúrgico e possui um quadro de 832 colaboradores, com idade média de 33 anos. Estabelecida em um país onde, segundo dados do IBGE (2018) no ano de 2017, 7% da população foi indicada como analfabeta, a empresa investe em seus colaboradores para que possam aprimorar seus conhecimentos. Por isso, apresenta índice de escolaridade geral de ensino médio completo e conta com 22,5% de seus colaboradores com ensino superior completo ou cursando.

4.1.1 Variação no quadro de colaboradores

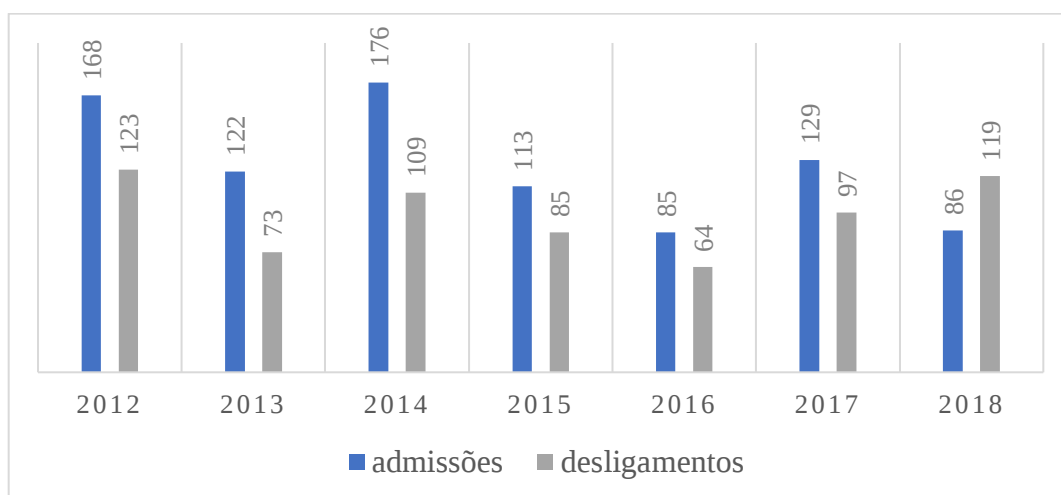
A taxa de desemprego é um dos índices mais sensíveis e rapidamente é afetado em período de recessão, pois no momento em que é reduzido o consumo, a produção é freada e a geração de empregos é reduzida na mesma proporção.

Levando em consideração dados do Brasil, segundo o IBGE (2019) a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2019 subiu 1,1 ponto percentual ficando na casa de 12,7%. Isso refletiu num total de 13,4 milhões de pessoas desocupadas, mais de 1,2 milhão em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2018 que apresentou taxa de 11,6%.

Por prezar a estabilidade de seus colaboradores, num período de 5 anos, entre 2012 e 2017, a empresa apresentou índice de admissões sempre maior perante os desligamentos.

Somente no ano de 2018 apresentou quantidade superior de desligamentos em relação as admissões, devido ao desligamento de colaboradores já aposentados, mas seguindo o passo da lenta recuperação econômica do país no ano de 2018, a empresa teve a oportunidade de gerar 86 novas vagas, de forma que os negócios voltaram a crescer timidamente refletindo em geração de poucas novas vagas de empregos, dados que é possível verificar na Figura 9.

Figura 9 – Admissões x Desligamentos na empresa – 2012 a 2018



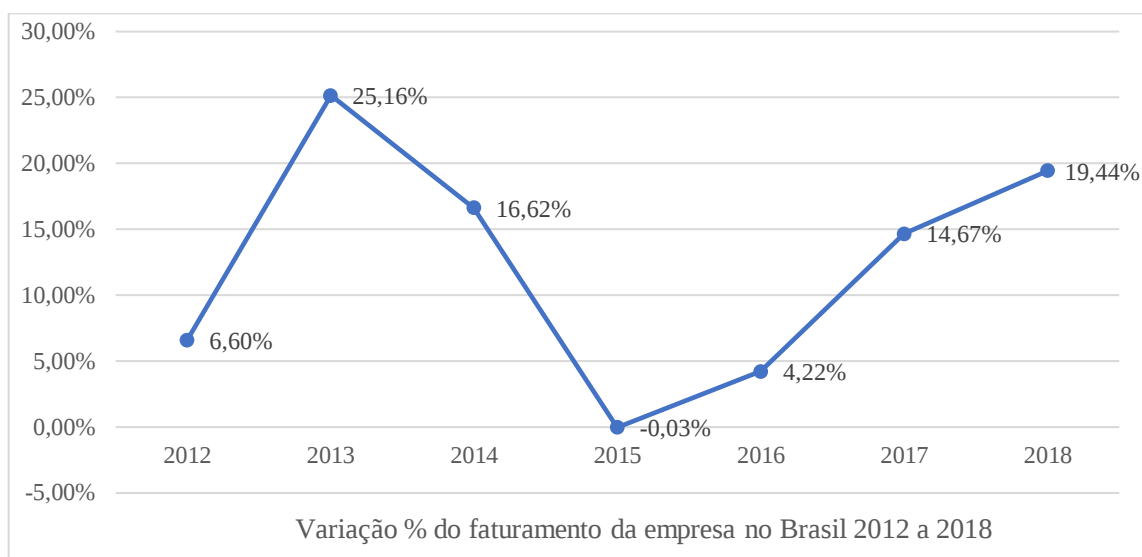
Adaptado de base de dados da empresa estudada.

4.1.2 Variação do crescimento em relação ao mercado brasileiro

Conforme dados do IBGE (2018), o PIB cresceu 2,1% no último trimestre de 2017. Este foi o segundo resultado positivo, após um trimestre de estabilidade e 11 trimestres de queda, apresentando crescimento principalmente nos setores da Agropecuária (6,1%), Indústria (2,7%) e Serviços (1,7%).

Nota-se que a empresa apresentou variação no faturamento como as demais empresas brasileiras que sofreram com a recessão. Em 2014 já apresentava sinais de retração, sofrendo queda de 9% em seu faturamento. No entanto, no ano de 2015 passou por sérios problemas em relação ao seu faturamento com uma queda de mais de 16% devido a situação econômica do país. Pouco a pouco, no ano de 2016, foi emergindo da crise e já nos anos de 2017 e 2018 apresentou crescimento de 14,67% e 19,44% respectivamente como se pode ver na figura 10.

Figura 10 – Variação percentual do faturamento da empresa no Brasil - 2012 a 2018



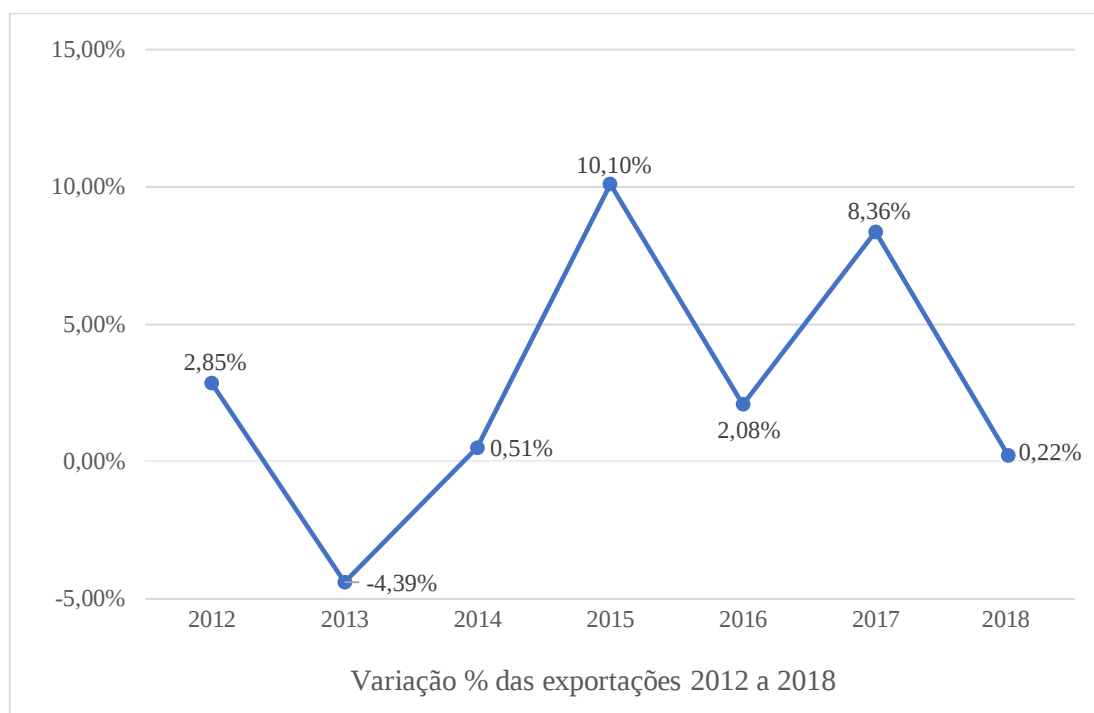
Adaptado de base de dados da empresa estudada.

4.1.3 Variação do crescimento em relação ao mercado externo

A Balança Comercial brasileira sofreu três fortes momentos de retração no período de 10 anos. O primeiro foi após o colapso no sistema financeiro nos Estados Unidos em outubro 2008 (MARICHAL, 2016), apresentando queda de 23% no ano de 2009 (MDIC, 2018). Nos anos de 2010 a 2014, o Governo adotou medidas para aquecer a economia estimulando o consumo e a produção através da redução das taxas de juros (FGV IBRE, 2018). Em 2014, havia sinais de recuo na balança comercial apresentando queda de 7% e, nos anos seguintes, recuo de 15% e 3% segundo dados do MDIC (2018).

Como podemos verificar na figura 11, o índice das exportações da empresa sofreu dificuldades para voltar a crescer depois do colapso financeiro ocorrido em 2008 dos EUA (MARICHAL, 2016), demonstrando baixo crescimento em 2012, forte retração em 2013 e oscilações nos anos seguintes entre crescimento e queda.

Figura 11 –Variação percentual das exportações da empresa – 2012 a 2018

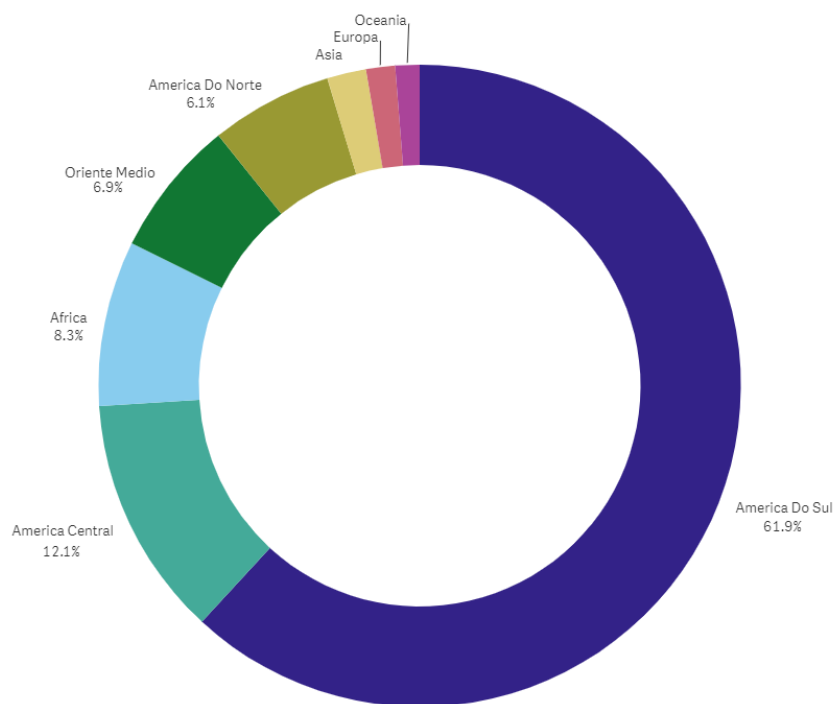


Adaptado de base de dados da empresa estudada.

4.1.4 Representatividade dos destinos nas exportações

Pela proximidade do Brasil que faz fronteira com os vários países da América do Sul e até mesmo a semelhança cultural, nota-se que as maiores representatividades dos destinos das exportações da empresa estão localizadas na América do Sul, configurando 61,9% das exportações da empresa. Na sequência, as exportações têm como destino a América Central, com 12,1%, seguidos pela África com 8,3% e, com menor participação, em sequência, Oriente Médio, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania (Figura 12).

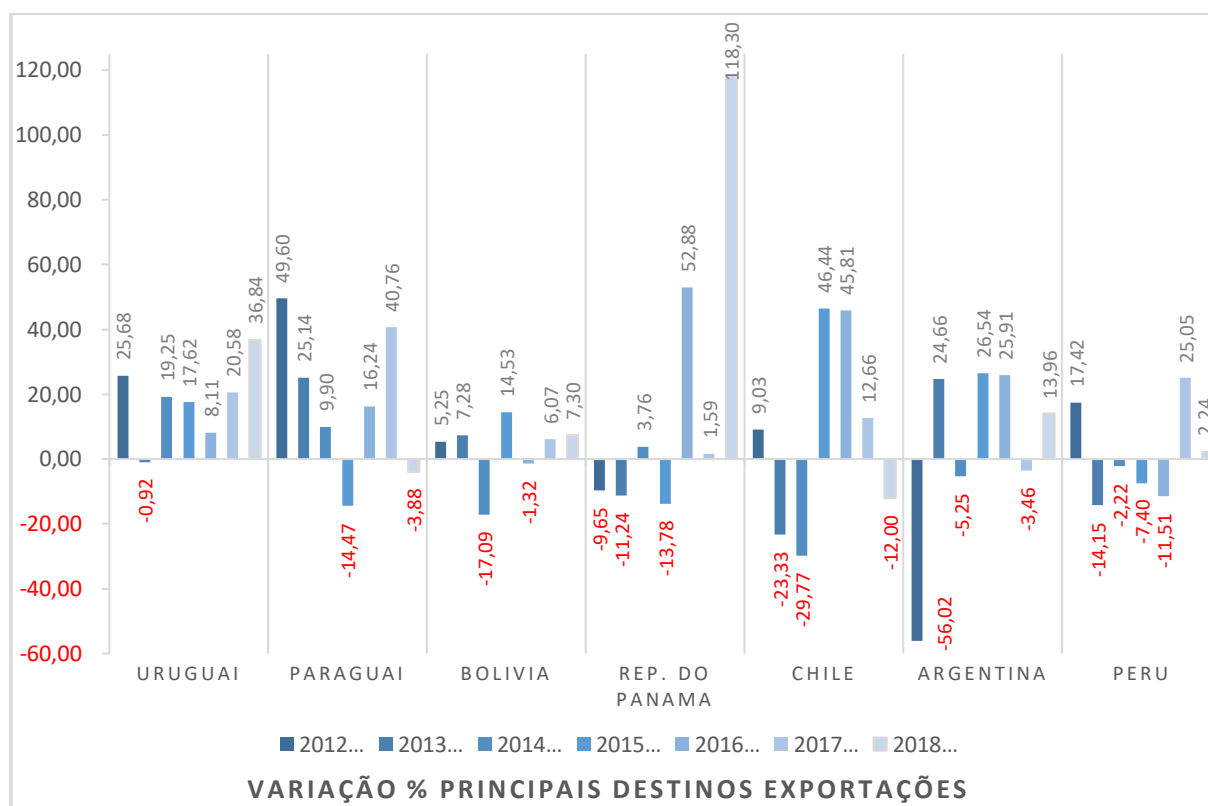
Figura 12 – Representatividade por continentes destinos das exportações da empresa



Adaptado de banco de dados da empresa A

Foi verificado também a expressividade e variação percentual dos sete principais países de destino das exportações da empresa, levando em consideração o período de 2012 a 2018. Os países que menos sofreram com anos de retração foram Uruguai, que apresentou apenas no ano de 2013 valores negativos, seguido por Bolívia e Paraguai, que apresentaram dois anos de retração, seguido de Panamá, Chile e Argentina que passaram por três anos de percentuais negativos. O país que mais teve séries negativas foi o Peru, com quatro anos de retração como observa-se na figura 13.

Figura 13 – Variação (%) queda/crescimento nas exportações da empresa para os principais países de destino



Adaptado de base de dados da empresa estudada.

4.1.5 Entrevistas

Foram realizadas entrevistas com dois gestores. Um deles atua gerindo a empresa no mercado mundial e o outro gestor atua gerenciando empresas atuantes no mercado das Américas. Assim, foi possível agregar relatos demonstrando a experiência em relação ao país, economia, exportações e expectativas para os negócios.

4.1.6 Entrevista com o gestor 1

A empresa fatura em média de 20 a 22 milhões de dólares por ano com exportações, representando em média 20% do faturamento total da empresa. Segundo o gestor 1, a empresa sentiu a recessão nos anos de 2013 a 2015 em sua lucratividade, mas de uma forma não tão dura, pois mesmo em meio a um período de estagnação econômica a empresa apresentou crescimento. O motivo principal para tal foi a alta do dólar, que apoiou o crescimento do faturamento da empresa, promovendo, em 2018, um crescimento de 19%.

Para manter-se presente em um mercado onde a situação econômica está difícil, comenta o gestor 1 “continuamos vendendo após repensar a forma de agir, repensar sobre custos, sendo que os nossos concorrentes passaram por muitas dificuldades e quebraram”. A empresa teve que adotar diversas medidas para continuar competitiva, como reestruturação de processos produtivos, redução de mão de obra indireta, análise da produtividade, para não repassar os custos para os produtos, pois o mercado não estava aceitando tal aumento, permanecendo ativa no mercado e não caindo no erro de muitas empresas que por estarem despreparados acabaram encerrando suas atividades, comenta o gestor 1 “ Os momentos de crise são quando se começa a se reinventar, se questionar, a perguntar, repensar sobre as ações da empresa, sobre as ações do dia a dia, desde a embalagem até o produto pronto”.

O gestor 1 comenta também que o ano de 2019 havia começado com boas expectativas, com a eleição do novo presidente notava-se otimismo na economia, pois os meses de janeiro e fevereiro foram de bons resultados. Porém, nos meses de março e abril, sentiu-se uma forte retração na economia e nas exportações. Os mercados da América Latina principalmente representados por Paraguai, Uruguai e Argentina, estão começando a sofrer também pela insegurança político-econômica. Esse fato é relevante, por tais países são importantes para as exportações da empresa. O gestor ainda menciona que espera retração para o mês de maio devido as incertezas no âmbito nacional com as ações do governo e no âmbito internacional com o atrito comercial entre China x EUA e cita que essas dificuldades forçam a empresa a fazer diversas ações de preço para retomar os volumes de vendas.

4.1.7 Entrevista com o gestor 2

Para o gestor 2, que possui uma perspectiva geral sobre o grupo em que a empresa está incluída, o grupo sentiu a crise de 2008 a 2015. Porém, as exportações sentiram um pouco menos esse momento, pois o grupo criou uma estrutura pensada e planejada para exportar, diversificando as formas de venda, criando novas formas de comercializar, através de centros de distribuição, escritórios no exterior, importadores e lojas próprias.

O gestor 2 explica que a empresa está buscando melhorias em seus processos constantemente, mas em momentos de crise a busca por mudanças é ainda mais intensa. Como exemplos, foram mencionadas a redução de custos através da melhoria de processos, inovação, busca por tecnologia. O gestor 2 não considera a demissão em massa como resolução do problema. Ele comenta ainda que já notava sinais de decréscimo no fluxo de negócios no final de 2018, com perspectivas cautelosas para o início de 2019. Explica que vê a estagnação

da economia nacional devido a fragilização no âmbito político-econômico e a crise global devido a guerra comercial entre China e EUA, a qual acredita que o grupo sentirá seus efeitos de forma mais intensa.

Desta forma, acredita que o grupo está sentindo mais dificuldades em relação ao mercado agora em 2019, tendo em vista a forte retração do mercado brasileiro com a insegurança em relação ao governo, devido reforma previdenciária. Menciona também, como fatores de retração, o aumento de preços e a falta de dinheiro disponível para gastos da população brasileira. Além desses fatores no mercado doméstico, cita que a guerra comercial entre China e Estados Unidos afetou muito as exportações devido ao clima de incerteza no âmbito econômico de forma global e complementa com otimismo, dizendo: “Os maiores crescimentos são em época de crise porque a empresa se reinventa”.

Com base nas entrevistas realizadas, apresenta-se no quadro 5 as semelhanças e diferenças entre os pontos de vista dos dois gestores. Assim, o quadro expressa o resumo da entrevista realizada.

Quadro 5 – Semelhanças e diferenças entre opiniões dos gestores entrevistados

Tema	Gestor 1	Gestor 2
Crise	A empresa sentiu a crise nos anos de 2013 a 2015, mas mesmo assim tiveram crescimento, pois a empresa estava bem estruturada e alta do dólar apoiou no faturamento.	De 2012 a 2017 as exportações sofreram pouco, pois o grupo criou uma estrutura bem preparada para exportar, outras formas de venda, novos meios de comercializar, como centros de distribuição, escritórios no exterior, importadores e lojas próprias.
Expectativas para 2019	Tinha boas expectativas com a vinda no novo presidente e também porque o ano começou bem, mas as mudanças esperadas a nível de governo não ocorreram e as metas de faturamento não foram atingidas.	Comenta que já notava sinais de decrescimento no fluxo de negócios no final de 2018, e tinha perspectivas cautelosas para o início de 2019.

Ações em momentos de crise	Os momentos de crise são quando a empresa começa a se reinventar, a questionar, perguntar e repensar sobre as do dia a dia, dos processos desde a embalagem até o produto pronto. Assim que a empresa continuou vendendo após repensar a forma de agir e sobre os custos.	Os maiores períodos de crescimento são em épocas de crise, porque a empresa está em uma situação que é obrigada a reinventar-se. A empresa está sempre em busca de melhoria constante, e em momentos de crise diminuir custos e rever os processos é ainda mais importante.
Exportações 2019	Comenta que no ano de 2019 estão sentindo a estagnação econômica, que acredita ser devido as incertezas relacionadas a reforma da previdência e ao atrito criado entre China e Estados Unidos.	Comenta que já notava sinais de retração no de fim de 2018 e início de 2019, acredita ser devido a retração do mercado brasileiro, pois o povo atualmente está sem dinheiro e endividado e devido à instabilidade na relação entre China e Estados Unidos.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal demonstrar os motivos que provocaram a crise econômica brasileira e os impactos da mesma nas exportações brasileiras, bem como na empresa objeto do estudo. Além disso, objetivou-se analisar o uso das políticas públicas adotadas pelo Governo de acordo com o interesse de direcionar a economia e na busca do equilíbrio econômico do país.

Pode-se verificar que os objetivos específicos do trabalho foram atendidos no decorrer da pesquisa. O objetivo de contextualizar Políticas Públicas e sua aplicação através da revisão bibliográfica foi atingido no capítulo 2.5 e nos subcapítulos 2.5.1 a 2.5.4, que têm como objetivo descrever a solução de problemas da sociedade através da aplicação de medidas para equilíbrio. Em sequência, pode-se analisar que o objetivo de demonstrar os fatores que ocasionaram a crise econômica no Brasil, bem como descrever cronologicamente a série histórica de crises mundiais foram atingidos nos capítulos 2.6 a 2.6.4. Nestes, foram abordadas quatro crises, sendo elas, a grande depressão, a crise japonesa, a crise global de 2008 e a crise econômica brasileira para compreender os fatos que ocasionam as crises e o efeito cascata que impacta nas outras economias. Em continuação, o objetivo de demonstrar o impacto da crise econômica nas exportações brasileiras foi alcançado no capítulo 2.7 em que foi analisado o gráfico referente a balança comercial brasileira e sua série histórica de 2007 a 2017, bem como dados de 2019.

Além disso, o objetivo de demonstrar o impacto da crise econômica na empresa objeto do estudo foi atingido através do aprofundamento no estudo de caso nos capítulos 4 e subcapítulos 4.1.1 a 4.1.7, pois através de dados internos da empresa e entrevistas realizadas constatou-se que a empresa não sentiu de forma tão intensa a crise dos anos de 2014 a 2016, mas atualmente vem sentindo maiores dificuldades em relação a situação econômica nacional e atritos comerciais globais que atingem o comércio exterior.

Assim, o trabalho atingiu os objetivos propostos, analisando os temas abordados que são de grande importância para o entendimento dos fatores que ocasionaram a situação econômica social atual e os impactos na econômica que ocasionaram fechamento de muitas empresas e desemprego no país, contexto que ainda se vê presente na atualidade, pois a economia nacional ainda não está recuperada.

REFERÊNCIAS

ADVEN - ADVANCED FINANCIAL NETWORK. **História da inflação no Brasil**. Disponível em: <<https://br.advfn.com/economia/inflacao/brasil/historia>>. Acesso em: 19 de agosto de 2018).

APOLLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122424/cfi/21!/4/4@0.00:30.5>>. Acesso em 03 de junho de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Moedas emitidas pelo Banco Central**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br#!/n/cedmoed>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

BERGUE, Sandro Trescatro; OLIVEIRA, Mara de. **Políticas Públicas: Definições, Interloquções e experiências**. Caxias do Sul: EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BOATOS.ORG. **OMS muda classificação de idade para jovens e idosos**. Disponível em: <<https://www.boatos.org/brasil/oms-reclassifica-jovem-idoso.html>>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018

CERVO Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

CRISE. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/crise>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.

FGV IBRE - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Agosto 2018 - Sondagem Do Comércio.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>> . Acesso em: 26 de agosto de 2018.

_____. **Agosto 2018 - Sondagem Do Consumidor.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>> . Acesso em: 26 de agosto de 2018.

_____. **Balança Comercial brasileira atinge valor recorde em 2017.** Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/balanca-comercial-brasileira-atinge-valor-recorde-2017>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

_____. **Diagnóstico da maior crise em 120 anos começa a clarear.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=8A7C82C53B9D2561013BB36110F5309F&lumItemId=8A7C82C55E3EC896015E858E8A522116>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

_____. **Junho 2018 - Sondagem Da Indústria.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>> . Acesso em: 26 de agosto de 2018.

_____. **Junho 2018 - Sondagem De Serviços.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>> . Acesso em: 26 de agosto de 2018.

_____. **Sondagens e índices de confiança.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92BA032B198D>>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464753/cfi/0!/4/2@100:0.0>>. Acesso em 18 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GESTOR 1. Entrevista concedida a Elisângela de Siqueira. Panamá, 22 de maio de 2019.

GESTOR 2. Entrevista concedida a Elisângela de Siqueira. Panamá, 22 de maio de 2019.

INDICADOR MENSAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. **ICOMEX: cai o superávit, mas as commodities garantem o crescimento do volume exportado.** Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/navegacao-superior/noticias/icomex-cai-o-superavit-mas-as-commodities-garantem-o-crescimento-do-volume-exportado.htm>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

_____. **Cai o superávit na balança comercial, mas as commodities garantem o crescimento do volume exportado no primeiro quadrimestre do ano e aumentam as exportações da indústria de transformação, após sucessivas quedas.** Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/data/files/D7/92/A7/4E/E0BBA610CABD1A968904CBA8/Boletim%20de%20Com_rcio%20Exterior-Maio%202019.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

INFOMONEY. **Balança comercial: entenda como ela afeta o crescimento do PIB no ano.** Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/242967/balanca-comercial-entenda-como-ela-afeta-crescimento-pib-ano>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015.html>>. Acessado em: 12 de agosto de 2018.

_____. **Séries Históricas IPCA, INPC, IPCA-15 e IPCA-E.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Mensal.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default.shtm>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

_____. **PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes.html>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

_____. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2019>>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

_____. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

_____. **Sistema de contas regionais - PIB pela Ótica da Renda (2010-2015).** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 16 de agosto de 2018.

FMI - INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF Executive Board Concludes 2018 Article IV Consultation with Brazil.** Disponível em: <<http://www.imf.org/en/News/Articles/2018/07/11/pr18288-imf-executive-board-concludes-2018-article-iv-consultation-with-brazil>>. Acesso em: 2018 de agosto de 2018.

IZIDORO, Cleyton (org); AFONSO, Silvana (sup); NASCIMENTO, Sérgio (coord) et al. **Economia e Mercado.** ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MARICHAL, Carlos. **Nova história das grandes crises financeiras: uma perspectiva global, 1873-2008.** 1.^a Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL.** Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

METODOLOGIA. **Dicio.com**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/metodologia/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Brasil: Informações Gerais**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-brasil#>>. Acesso em 02 de outubro de 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/690-associacao-latino-americana-de-integracao-aladi>>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

_____. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

_____. **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

_____. **Integração regional**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/integracao-regional>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

_____. **Mecanismos inter-regionais**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/mecanismos-inter-regionais>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

_____. **O Brasil no G-20**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

MOCHÓN, Francisco. **Princípios da Economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Expectativa de vida aumenta para 75 anos nas Américas**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5504:expectativa-de-vida-aumenta-para-75-anos-nas-americas&Itemid=875>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **PIB - do conceito a estimativa**. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2013/10/pib-conceito-e-estimativa.html>>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4.^a Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TORO RADAR. **O que é IPCA**. Disponível em: <<https://www.tororadar.com.br/investimento/bovespa/o-que-e-ipca-e-inflacao-acumulada>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.